

## Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos\*

Aloísio Ruscheinsky

### Introdução

No presente texto procuro apresentar uma parcela da produção acadêmica no campo da Sociologia que toma como propósito o relacionamento entre atores sociais. Em especial considero a possibilidade da conexão visualizada por ocasião das atividades públicas do movimento social e partido político. Embora a pretensão seja extensa, o resumo das perspectivas e dos autores é bastante sintético e seletivo, tendo em vista a necessária delimitação do temário em apreço. A produção sobre o tema destacado abarca horizontes díspares, diferentes na abrangência e desiguais quanto aos propósitos, de tal modo que um balanço mais pormenorizado de autores e problemas remete ao debate em curso e a dilemas de fronteira. Tentei combinar dois parâmetros na apresentação do conteúdo do balanço da literatura, sob o ponto de vista metodológico, ora utilizando critérios temáticos, ora reforçando a ordem temporal para agrupar a diversidade interpretativa diante do relacionamento entre atores sociais. Porém, torna-se oportuno ponderar que, quando for o caso da narrativa diacrônica, estamos muito mais na presença de um recurso expositivo do que metodológico, pois não se verifica, em nenhum momento, uma evolução linear e subsequente quanto aos enfoques na produção sociológica considerada. Além do mais, o presente texto encontra-se orientado para a expli-

tação de problemas teóricos e de análises concretas na realidade brasileira recente.

A maneira como se realiza e se objetiva o que se pretende pesquisar, o tema e a questão que se propõe discutir parece pertinente e importante para detectar a vida pública de atores sociais na realidade brasileira. Na verdade, a leitura que pode ser realizada através da proposta de discutir o relacionamento entre movimentos sociais e partido consiste em destacar elementos referentes ao tema da representação política. Faz-se um balanço também da literatura em que predominantemente a temática do relacionamento esteve ausente. Embora tenhamos uma vertiginosa produção científica voltada para a análise dos movimentos sociais, a temática vem se transformando, trazendo à tona o esforço para compreender as mudanças em curso. Neste contexto, os estudos têm pautado o dinamismo inerente ao campo em destaque e, ao mesmo tempo, novas e intrincadas questões teóricas permanecem ao longo da trajetória. A maior parte da literatura vem se mostrando cada vez mais incapaz de continuar a dar conta dos problemas colocados pelas transformações pertinentes aos movimentos sociais, em especial pela crescente proximidade junto às orientações partidárias e à difusão da dupla militância.

Há uma série de temáticas que não são evidentes, mas, antes, problemas e controvérsias quando se trata de analisar o relacionamento en-

---

\* Este artigo constitui parte modificada da tese de doutoramento (Ruscheinsky, 1996a), bem como parte do item III foi apresentada no GT Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral, no XX Encontro Anual da Anpocs a cujos integrantes agradeço os comentários, bem como de outros colegas para a revisão da análise empreendida.

tre atores sociais, como as noções de cultura política, de crise de identidade, de representação política, de autonomia e da crítica ao sistema tradicional. Cada um destes termos significa mais do que uma descrição dos fenômenos tais como aparecem à nossa percepção, representando construções com as respectivas polêmicas. Mais do que dados de realidade provenientes do campo de ação, apresentam-se como construções teóricas e políticas. A elaboração das temáticas constitui um trabalho minucioso, inclusive onde as noções possuem relevância para a narrativa e cuja qualificação usualmente utilizada passa pela crítica quanto à sua compreensão. No presente texto, inclusive, não se aborda os contornos da discussão sobre o sistema de representação tradicional, como vai e até que ponto vai esta relação tensa.

Em um primeiro momento, destaco a contribuição das diferentes correntes sociológicas no âmbito do tema e da ótica que mais importa aqui, para a investigação e a interpretação da relação entre movimentos sociais e partidos políticos. Os enfoques selecionados podem privilegiar a presença da conexão ou primar pela ausência do relacionamento, seja em estudos cuja ótica principal se alicerça nos partidos, seja naqueles centrados sobre os movimentos. Cabe destacar que algumas das construções sociológicas não priorizavam aspectos destacados no presente estudo, ou seja, não buscavam incorporar no seu horizonte interpretativo uma referência explícita às mobilizações populares. Trata-se de apontar os elementos compatíveis, de forma que seja possível destacar as sugestões retidas em vista da efetivação de pesquisas e da respectiva análise do relacionamento entre partido político e movimento social em face da realidade histórica brasileira recente.

Em um segundo momento, consideramos a literatura sobre a emergência de novos partidos; nesta, de modo especial, o destaque dado pelos autores ao fenômeno da emergência de um partido de novo perfil no contexto de mobilizações de articulação múltipla, cujas pesquisas remetem ao rico debate do início da década de 80. Incluem-se ainda algumas análises sobre a vida partidária, proporcionadas pelo desempenho das si-

glas partidárias, com incidência sobre a participação popular no processo político. Em suma, privilegiam-se nitidamente os enfoques que destacam o relacionamento entre esfera partidária e o campo dos movimentos sociais, configurando a heterogeneidade das interpretações a propósito de um momento histórico específico da enunciada relação. A relação dos movimentos sociais com as instituições públicas tem sido estudada principalmente no que se refere ao contato com o poder público. Interesse renovado a propósito do relacionamento entre ação dos movimentos sociais e esfera partidária demonstraram os cientistas sociais quando um novo partido venceu as eleições para as prefeituras em várias grandes cidades, destacando-se a capital paulista, entre outras cidades do mesmo estado. De modo especial, interessa delinear os contornos que a interlocução assume junto aos movimentos sociais apontada através das análises que tratam das condições históricas, das forças sociais e grupos políticos por ocasião da emergência de novas siglas partidárias, da presença reconhecida e desafiante dos movimentos sociais frente ao debate partidário.

Parte da literatura sociológica, vindo à luz ao longo de duas décadas, que tomou como objeto de estudo os movimentos sociais, comparece à consideração para compor um terceiro momento da presente análise. De certa maneira, há enfoques diversificados quanto à importância das mobilizações de cunho popular, tanto na emergência e desenvolvimento do quadro partidário, por ocasião da reformulação, ocorrida na virada da década de 1970 para 1980, quanto no desempenho dos partidos no quadro eleitoral e na representação política a propósito dos movimentos sociais. Neste sentido, destaco alguns tópicos considerados fundamentais para delinear, através de parte da produção sociológica, o enfoque do relacionamento enunciado entre movimentos sociais e questões prioritariamente partidárias.

Selecionei alguns enfoques sociológicos, destacando especialmente autores proeminentes dentro do debate quanto à presença de atores sociais no cenário, que permitam efetuar a análise da relação entre movimentos sociais e os partidos políticos como instituições. O que, por sua

vez, fluirá para o exame da relação em termos de submissão de um pólo da relação ao outro, da mútua equivalência entre ambos, ou mesmo a posição de rejeição, como propõem os enfoques que destacam a autonomia. A questão fundamental coloca-se a propósito da interpretação sociológica que permite articulação analítica entre os atores destacados, especialmente dos movimentos sociais com a esfera dos partidos políticos. Ultrapassa o objetivo e abrangência deste estudo destacar a questão mais pertinente à interrogação sobre qual teoria dos partidos políticos visualiza de forma expressa as possíveis relações com os movimentos sociais. A literatura sobre os partidos políticos apresenta posições com destacada diferença quanto à possibilidade de contemplar ou não a conexão com mobilizações de cunho popular ou extrapartidárias.

Na verdade, no percurso das últimas décadas existiam várias opções partidárias e na reconstrução é oportuno privilegiar o jogo político. Com o recorte efetuado tudo leva a crer que se considere menos o movimento propriamente dito e mais os agrupamentos ideológicos que atuam nas lutas sociais e que disputam por concepções, discursos, orientações e práticas. Na dificuldade de diferenciação, que seria importante detectar claramente, o que pode acontecer é que a exposição acabe destacando menos um movimento social e mais os detalhes dos agrupamentos políticos e suas articulações. Devo dizer que é uma questão importante, pois ainda está faltando, de fato, uma reflexão que mostre e enfatize a presença, a articulação e a metamorfose dos vários grupos de esquerda no interior dos movimentos sociais.

Então, a questão significativa é dada pelo papel atribuído aos movimentos sociais e como aparecem no cenário público a partir do privilegiamento de um foco analítico qualificado. O que de modo privilegiado se descreve, na verdade, encontra-se atinente ao jogo político e às relações de poder ante a tentativa de implementar determinadas reivindicações. Neste percurso ganham relevância as relações de tensão entre as tendências políticas, com a respectiva prática de militância, e quando não se diluem elas tendem a modificar-se conforme as várias conjunturas po-

líticas e conforme as várias situações conflitivas. Através do relacionamento entre atores sociais o que se acaba por demonstrar e situar no cenário é o intrincado jogo das relações complexas entre agentes no campo da militância política. O campo da ação engloba uma série de tipos, com tarefas e abrangência especificadas, outras mais orgânicas ligadas às organizações de esquerda ou pertencentes ao quadro do partido legal.

### **A Relação entre Atores Sociais na Ótica das Ciências Sociais**

Os movimentos inscrevem-se no terreno político montado por uma teia de relações entre atores sociais, em que atua não só o partido, mas vicejam outros agentes como o Estado enquanto ator, bem como dentro do próprio partido os vários agrupamentos que o compõem ou outras dimensões e organizações ideológicas. Enfim, configura-se um cenário político no qual todas as relações — assim me parece possível descrever o quadro —, que interessam à interpretação dos atores estariam como que encenadas. A partir dali se consegue entender o que se quer afirmar como relação entre movimentos sociais e partido político, assim como quais são os desafios que se colocam, entre os quais desfilam perspectivas políticas, desafios interpretativos, inclusive de ordem ética.

Nesse contexto enuncia-se o chão específico do conflito, na verdade o terreno no qual as mobilizações populares acabam desenvolvendo as práticas sociais. Nessa situação complexa de campo de disputa e de confluência assentam-se, ao mesmo tempo, as circunstâncias de conflito, de negociação, de tensão em torno de propostas, colocam-se desafios políticos a serem clareados. No exame das alternativas de ação política colocam-se os vários atores e como eles se comportam em um determinado momento histórico a partir de uma série de questões emergentes. Então, a maneira pela qual, no presente texto, se propõe a questão dos intrincados relacionamentos revela que na discussão sobre as lutas sociais e as respectivas relações que se armam em torno delas também, ao mesmo tempo, as constituem.

Os paradigmas teóricos para a relação en-

tre movimentos sociais e partidos políticos abrangem uma diversidade que vai desde a visão instrumental — os movimentos apresentam-se como pré-partidos e, portanto, tendem a estar a seu serviço — até a leitura da incompatibilidade — entendendo-os como duas formas irrefutavelmente distintas de organização por parte de grupos sociais em torno de interesses. Ou seja, desde a visão da necessária integração subordinada, passando pelo reconhecimento de campos diversos, mas conexos, com afirmações de identidades específicas e atuação concomitante, até a compreensão da autonomia radical dos espaços próprios. Convém lembrar que o tempo e o espaço de elaboração das abordagens a que me refiro apresentam uma distância histórica que em parte explica as diferenças na análise. Além disso, os termos têm abrangências diferentes, pois análises pautadas pela questão urbana tendem a acentuar a perspectiva política, e aquelas dos novos movimentos sociais privilegiam a dimensão cultural; entretanto, uma ou outra pode expressar os termos de um relacionamento entre os dois atores sociais em questão no presente momento.

O modo pelo qual, em termos de contribuição para refletir sobre o assunto, são apresentadas as análises esquematizando uma série de autores possui o intuito de mostrar como podem delinear uma interpretação que sirva de gabarito para dar conta dos problemas enfrentados no contexto urbano brasileiro. Há uma vasta discussão que permite estabelecer os contornos das expressões que acabam por se definir como categorias analíticas, permitindo chegar à natureza das relações que se estabelecem entre movimento social, partido político e sociedade. Quando se pretende discutir as lutas sociais do ponto de vista da cidadania, ou os atores sociais quando querem influir sobre as decisões e modificar a legislação, na verdade pode-se vislumbrar aspectos além deste limite, ela tem nexos com o alargamento do campo do conflito. Nesse sentido, a luta pela cidadania de um setor da sociedade atua decisivamente na direção do aumento da condição da barganha para o conjunto dos outros setores subalternos da sociedade.

Ao enfatizar a relação entre atores sociais importa visualizar instantes e trajetórias dos mo-

vimentos sociais em ação, ou seja, pelas situações em que aparecem como ator de fato, especialmente através dos vários alinhamentos, das posições, das divergências, das mudanças, das discussões coletivas. Existe a possibilidade de uma discussão sobre o foco privilegiado pela análise, uma vez que os movimentos sociais se alinham com fronteiras fluidas diante de outras formas de organização da sociedade civil. Existe um extenso debate e os respectivos dilemas sobre a delimitação do que engloba a definição de movimentos sociais. O que alguns autores incluem neste campo, outros excluem da delimitação. Entre outras iniciativas, Doimo (1995) efetua um exaustivo debate a propósito da delimitação do campo e da crise do conceito de movimento social. No contexto sociológico brasileiro, outros autores, entre eles Gohn (1985, 1991) e Doimo (1995), empreenderam retrospectiva teórica semelhante à tentativa aqui levada a efeito. Além do mais, parece necessário considerar que, ao selecionar um conjunto de enfoques trata-se, ao mesmo tempo, de excluir outros autores por vezes importantes no panorama da análise sociológica.

Optei por uma apresentação sucessiva dos enfoques abaixo, apontando para a possibilidade de mudanças na incidência de paradigmas de análise frente aos movimentos sociais e sua conexão com o quadro partidário ao longo de duas décadas. Não chamo a atenção para o espaço e tempo, nem para a intensidade com que obtiveram sucesso explicativo nas pesquisas sociológicas a propósito dos movimentos sociais no Brasil. De outro lado, na verdade, as discussões realizadas pelos autores tem a ver com as mudanças sofridas pela sociedade em que eles estão inseridos. Quando os autores referem-se a novas práticas instituintes, isto tem a ver com definidos espaços sociais, e não discutir essas transformações significa retirar as bases que sustentam a argumentação dos mesmos. Todavia, refazer esse percurso é muito difícil, a fim de reconstituir os momentos de reflexão. Então, transferir as várias e ricas contribuições mecanicamente para o contexto do Brasil é, no mínimo, correr um risco, uma vez que a luta dos movimentos sociais, se dirige por demandas, perspectivas e ideologias conjuntamente delineáveis.

### *Fatores Estruturais na Ênfase aos Movimentos Sociais*

A interpretação dos movimentos sociais, sob a perspectiva teórica histórico-estrutural, possui uma estreita vinculação ao estruturalismo marxista e aproxima-se do leninismo na orientação política para os movimentos sociais. Isto é, de um lado, tanto os partidos como os movimentos sociais são expressões dos conflitos e dos interesses das classes sociais. De outro lado, há uma necessidade de direção mais ou menos formal para tomar iniciativa, um poder de convocação e representatividade para as ações coletivas. Essa capacidade expressa-se de modo primordial pelo partido político, que, por sua vez, está inserido nas contradições sociais e corresponde a interesses pontuados. Para essa vertente de análise sociológica, os movimentos sociais inscrevem-se nas contradições do desenvolvimento capitalista, cuja lógica engendra determinadas condições de reprodução da força de trabalho, bem como condições de desigualdade e exclusão sociais. Essas conseqüências são fundamentais para a análise política dos movimentos sociais, na qual articulam-se carências, demandas, contradições, níveis de consciência, graus de organização e condições históricas.

Os partidos e outros agentes, assim como o patamar da consciência social e o contexto histórico, desempenham papel importante para a eclosão das lutas sociais, refletem uma dimensão do conflito entre as classes sociais, cuja causa está na desigualdade social engendrada pela estrutura social capitalista. Os movimentos sociais inscrevem-se nos processos sociais estruturais, e através de sua prática conquistam espaço na correlação das forças em luta no panorama das decisões políticas. Nesse ínterim podem efetivamente estar associados ou agir em conexão a algum partido político. Pode-se, ademais, destacar a importância dos movimentos sociais no contexto brasileiro em face do processo de democratização da sociedade, através da participação mais intensa e organizada dos cidadãos, ocorrendo de maneira similar com o empenho pela reforma partidária.

Sobre os processos participativos convém

destacá-los como fundantes da busca da institucionalidade ou como elemento basilar para as mudanças sociais, pois nestes as lutas sociais jogam um papel extraordinário e importante. Os canais instituídos conjugam várias situações capazes de manter atualizado o debate sobre as demandas na história recente dos movimentos e representam situações extremamente relevantes para avaliar a metamorfose das propostas de políticas públicas. São situações pertinentes e, ao que parece, privilegiadas para montar o tablado onde a questão do relacionamento com a institucionalidade obtém a sua qualificação, emergindo a idéia de que os movimentos sociais não são entidades auto-suficientes perante os fatores estruturais.

Diversos autores endossam esse paradigma, porém com algumas diferenças na abordagem. Destacamos nomes da literatura sociológica que tiveram ressonância em análises sobre os movimentos sociais no Brasil. Segundo Castells (1976, 1980, 1983), a questão dos partidos políticos faz-se presente no espaço de luta dos movimentos sociais: pela abertura política do Estado, para democratizar o debate sobre a questão urbana, para redistribuir o acesso aos bens de consumo, coletivo e individual. Os partidos com atenção voltada para os setores populares, procurando estabelecer um relacionamento de cunho positivo, apareceriam e atuariam no campo privilegiado de mediação entre movimentos sociais e a esfera estatal. Dessa maneira, tendem a propor projetos de reforma urbana e abrir canais de encaminhamento para demandas expressas coletivamente. O posicionamento de Castells evoluiu de forma a levá-lo a alterar posturas sobre o papel atribuído à dimensão estrutural e aos partidos políticos, sem abandonar, no entanto, a importância destas nas lutas sociais.

Com algumas nuances, ainda outros autores, na mesma perspectiva, entre eles Borja (1975) e Lojkine (1981), defendem que os movimentos sociais estão ligados ao processo político decorrente da luta de classes. E os partidos políticos relacionam-se com os movimentos na medida em que se inserem na correlação de forças sociais. A análise histórico-política permite entender a potencialidade dos movimentos decorrente da possibilidade de somar forças com

base na sua organização. Portanto, o significado dos movimentos sociais tende à unificação das lutas pelo suprimento das carências, bem como à maximização das potencialidades através do relacionamento com os partidos políticos.

Os autores mencionados obtiveram influência na análise dos movimentos sociais no Brasil no tempo e no espaço da última década do regime autoritário. Foram, de alguma forma, adeptas do paradigma e de certo modo inovadoras no seu tempo as interpretações que creditavam ao contexto do desenvolvimento das condições socioeconômicas as razões dos movimentos sociais, ou mesmo à estrutura social. Entre eles, só para citar exemplos, alguns autores que em textos mais recentes (Gohn, 1991; Moisés, 1986, 1994) têm modificado os seus posicionamentos em comparação ao período inicial da década de 80. Sem ter atingido destaque entre as tendências de interpretação, uma das primeiras críticas à perspectiva de cunho estrutural no Brasil procede do ângulo da Antropologia, com a análise de Santos (1981), cuja ótica em parte aflora mais nitidamente com os estudos sobre a subjetividade e o cotidiano.

A diminuição da relevância de fatores como o caráter de classe, a questão estrutural, as influências das condições socioeconômicas, assim como a ausência da generalização e os reflexos periódicos, foram mostrando os limites da referida análise na elucidação dos movimentos sociais, bem como a diversa conexão com óticas partidárias. Cabe ressaltar, entretanto, que tal interpretação mereceu respeito e produziu conhecimentos que pareciam os mais apropriados para aquele momento histórico. Mas, essa abordagem passa progressivamente a ter pouca relevância para a interpretação que empreendo no presente momento, conquanto as análises evoluíram para preferências por dimensões como a cultura política, a cidadania e a capacidade de emergência de novos atores sociais.

#### *Ideologia, Cultura e Subalternidade*

Cabe entender de que se trata quando se mostra ou enfatiza, em vários momentos, as mudanças de discursos, as mudanças de posição,

as divergência e os respectivos alinhamentos. Devido à complexidade advinda ao campo do relacionamento, admite-se a interferência entre um percurso político interno à organização, a cultura política e à trajetória das lutas sociais. O espaço de atuação dos movimentos sociais pode ser interpretado do ponto de vista de um campo de atuação, de um cenário em que atores estabelecem relações, ou medindo forças com outros atores sociais, ou apostando no consenso. No decorrer do desenvolvimento dessas relações, tende a ocorrer a conjunção ou a tensão de forças políticas. Se na história, segundo Gramsci, o resultado dos embates entre forças sociais em conflito não está dado de antemão e, portanto, se as decisões e a vontade política exercem um papel importante na construção dos acontecimentos, então faz sentido apresentar o papel do partido político como educador das vontades, como intelectual orgânico e coletivo, trabalhando com os mais diferentes níveis de concepção de mundo. Ao tornar relativa a questão do assalto revolucionário ao poder, considera a existência de múltiplas posições, o que pode dar relevância ao desenvolvimento dos movimentos sociais e dos processos de participação popular para a organização das classe subalternas.

Se a recuperação da história das classes subalternas mostra que as crises, assim como as conquistas econômicas, não apontam para a automática mudança dos níveis de consciência social ou modificação imediata dos níveis da cultura política, então a relação entre movimentos sociais e partido político pode ser interpretada pelo encaminhamento da ação política. No entanto, apresenta-se como vital o exame de duas alternativas: se a participação realmente se exprime no sentido da incorporação de interesses e dos conflitos pertinentes — tal parece ser a opção para um relacionamento positivo entre os atores em questão —, ou se o partido político possui uma estrutura que decide em nome do suposto sujeito a que diz representar e educar para a vida política. Este último é o caso da formação de uma burocracia, cujo círculo apresenta-se como fechado ou vedado a novos membros, sustenta-se por si mesma e porta-se como independente da anuência das bases do partido, exceto na atribui-

ção dos votos na urna, ou como adeptos a princípios predeterminados.

Considero que um dos textos mais importantes de Gramsci sobre o tema da relação historicamente estabelecida entre movimentos sociais e partido político encontra-se em *Passado e Presente* especialmente na parte intitulada “Espontaneidade e Direção Consciente”. As reflexões do autor encontram-se tão dispersas que, ao final, nos perdemos ao tentar localizar cada um dos elementos de sua contribuição; entretanto, trata-se de uma parte do texto em que estão organizadas as reflexões sobre o partido, as vanguardas, a mudança cultural. É exatamente nessa parte que o autor mostra os malefícios de se tentar adaptar os movimentos sociais às teorias prévias. Através de uma discussão acurada tenta delinear o que entende por direção consciente, que dizer, evitar o espontaneísmo dos movimentos sociais e evitar as vanguardas constituídas nos partidos políticos.

Ao combater o economicismo, Gramsci realça a importância do partido político na estruturação de dimensões como o político, o social, o cultural e a ética dos setores subalternos na luta pelos direitos civis e sociais. Os partidos consolidam-se a fim de liderar a situação política no momento histórico em que emergem, ou seja, juntar forças para conquistar o poder. No entanto, pelo fato de o partido alicerçar-se como elemento de organização da vontade política individual e coletiva dos setores que desejam participar das decisões político-institucionais, isso não significa que ele venha a substituir os movimentos sociais em todas as suas tarefas, ou que o último sucumbirá ao outro no seu espaço político. A opção partidária, no interior do movimento social ou enquanto militante deste, pode ser vista como resultante do exercício de um comprometimento, de uma cultura política determinada. Inclusive pode implicar o empenho pela alteração do contexto que envolve a coletividade de modo a implementar os objetivos do comprometimento. A opção pelo apoio a um partido político, ou a relação complexa no sentido de somar esforços em determinados assuntos e ocasiões, tende a ser uma perspectiva de junção de esforços para consolidar a representação política e atuar sobre a

instância institucional no intuito de transformar as relações sociais.

Através do referencial teórico inspirado em Gramsci, pode-se compreender o vínculo orgânico no relacionamento entre movimentos sociais e partido político, independentemente de direita ou de esquerda. Isto é, o fenômeno do relacionamento está acima e além de um privilégio da maioria das tendências de esquerda (Nosella, 1992). Todavia, costuma ser bem mais frequente, até pelos objetivos postos nos respectivos programas partidários, a vinculação entre os grupos de esquerda e os movimentos de cunho popular.

Para entender o relacionamento entre os atores sociais em apreço — as temáticas que emergem daí, as conexões e a dimensão problemática, as tensões e conflitos que existem nas permutas e influências entre movimento, partido e sociedade — é necessário reportar-se a uma complexa rede. A proposta da observação através da rede de nexos parece interessante, porém na hora em que se discute a relação enunciada, é necessário perguntar sobre o entendimento propriamente dito a propósito da noção de representação política e acerca da conexão estabelecida entre movimento social e partido político. No limite, a tendência mais acentuada nas ciências sociais concebe e define a noção de representação como uma relação orgânica. O dilema situa-se, na verdade, entre a tendência de privilegiar uma tipologia da conexão complexa e heterogênea ou destacar os embates no interior dos agrupamentos partidários, bem como o debate nas bases do movimento, com o intuito da produção das mobilizações.

A contribuição da idéia de cultura política procede do fato de que esta noção é fundamental para o processo político. Vem, a propósito, ressaltar que na constituição da cultura política entram elementos que ultrapassam a base dos movimentos sociais, mas que constituem fatores fundantes da sua cotidianidade. Para que se construa o espaço do cotidiano não adianta estudar o embate apenas de um lado do conflito, digamos, a base social dos movimentos; portanto, importa delinear os outros atores com os quais se relacionam, seja pelo diálogo ou contraposição. Cumpre apontar os instrumentos que as lutas sociais

adquirem dos setores dominantes, dos partidos políticos, para levar à frente o seu intuito. Os partidos políticos retêm alguns instrumentos que lhes conferem determinada capacidade para influir no campo do conflito. De maneira criativa os setores populares podem apossar-se desse instrumental para fazer uma análise da sociedade e determinar a prática política. Este instrumental analítico permite que os setores populares vejam a totalidade das relações sociais e levem até as últimas conseqüências a questão dos direitos. É uma provocação para se perceber uma dimensão dos movimentos sociais no Brasil, na medida em que está se propondo utilizar a idéia de construção da cultura política.

Movimentos sociais e partidos possuem papéis e objetivos diferentes, quanto à consolidação do poder de decisão na sociedade, mas podem conectar-se de forma frutífera em campos e momentos determinados. Nesta análise são elucidativas a recuperação e a atualização da memória histórica, os interesses que carregam todos os atores sociais do cenário da correlação de forças e a análise dos níveis de consciência e possibilidade de organização. Por tal razão, vem muito a propósito ressaltar a importância do instrumental oferecido por Gramsci para a análise da relação entre movimentos sociais e partidos políticos no recente instante histórico brasileiro. Particularmente no sentido de compreender a conjugação de esforços que representa o referido relacionamento sob uma base social com sua respectiva heterogeneidade.

#### *Ação Coletiva nos Rumos da Institucionalidade*

Assim, denomino a interpretação na qual os movimentos sociais se fundam, geralmente, no consenso sobre demandas, alicerçam-se na solidariedade, tendem a estruturar-se juridicamente, atuam pela pressão exercida através da ação coletiva e tendem a estabelecer negociações para implementar a pauta da agenda. Aparecem em cena como comportamentos coletivos aspirando uma maior participação na sociedade, sobretudo no usufruto do desenvolvimento socioeconômico (Budge, Crewe e Farlie, 1976) e institucional.

E no extremo aspiram à integração no espaço da representação política e, em busca de tal objetivo, fluem para relacionar-se inevitavelmente com os partidos políticos.

A tendência assenta-se no encaminhamento para a institucionalização da forma de atuação, vista como ajustamento ao fluxo do controle social e integração no ordenamento jurídico. Tal procedimento pode ser viabilizado pela forma da moldagem jurídica do ímpeto coletivo e associativo, por um programa estatal visando à satisfação das demandas, pela forma da moldagem e burocratização do comando do comportamento coletivo, pelo reconhecimento formal dos valores que lhe deram origem, pela relação integrada com um partido político. Aparecem aí com a maior importância os programas sociais do Estado, como um diálogo entre dois pólos desiguais. É a relação entre o geral e o particular, já que os movimentos sociais tendem a se restringir às populações marginais ligadas no que tange à sua reivindicação por necessidades básicas ou direitos sociais.

Há autores que estabelecem uma diferença substantiva entre partido e movimento. Verba e Nie (1987) ressaltam que a maioria das associações coletivas tendem a ser apolíticas e, se trazem os cidadãos para a participação política, isso vem a ser um resultado não-intencional da experiência organizativa. Já os partidos, por serem propositadamente de ordem política, na maioria dos casos, tendem a ativar os cidadãos politicamente, em oposição à natural passividade. No entanto, abrangem uma gama ampla de perspectivas ideológicas e todos tentam incrementar a participação contrapondo-se ao modo de ser dos grupos sociais inativos. Os partidos trabalhistas e socialistas distinguem-se dos outros porque pretendem mobilizar não só para a obtenção dos votos, mas também para a atividade política específica dos trabalhadores.

Os partidos políticos tendem a responder, nas campanhas eleitorais, às expectativas da pressão coletiva. Dessa maneira, podem abrir espaço para ações coletivas geradas pela população inquieta frente às situações de exclusão ou pelas aspirações frustradas. A participação eleitoral coloca-se na ótica de ser percebida como inclu-



são no jogo da representação política e da competição inerente às diferenças sociais. A tendência dos partidos é proporcionar a participação dos cidadãos na política (*idem*), e a filiação partidária fornece um significado que tende a superar a expectativa do indivíduo com *status* mais baixo.

Tanto os movimentos coletivos podem servir para modernizar os partidos nos aspectos da prática cotidiana, quanto a prática dos partidos pode atualizar a pauta das demandas dos movimentos coletivos para chegar aos patamares de negociação com o poder público. Faz-se presente igualmente a questão do poder; enquanto os partidos querem atingir o mando das decisões na sociedade e articulam-se explicitamente para tal finalidade, os movimentos tendem a colocar em segundo plano tal ótica. Se o movimento social estiver imbuído de ação inovadora em face do ordenamento institucional existente, pode levar ao desenvolvimento de novas instituições. Assim mesmo, as mobilizações inovadoras do social estabilizam-se em seguida, na medida em que asseguram os valores que geraram o comportamento coletivo. Se não forem inovadoras, tanto mais os atores da cena tendem a voltar às suas atividades privadas. Por conseguinte, pelo visto os movimentos apresentam-se como cíclicos, com fases de desenvolvimento, auge e declínio.

A interpretação dos movimentos na ótica da ação institucional levou Silva e Ribeiro (1985) a elaborarem um texto questionando a abordagem histórico-estrutural. Segundo a análise de tais autores, no decorrer dos anos 80 os movimentos sociais não tendem a personificar na esfera institucional a instância inimiga a sua pauta e, ainda, a sua ação heterogênea rompe com a unilateralidade de oposição ao Estado. Desta perspectiva, Boschi (1989) e Silva e Ribeiro (1985) vêm mostrar em que sentido e com que intensidade os movimentos tendem a direcionar-se rumo à ação institucional, não à sua rejeição. Para esses autores, uma interpretação pela ótica institucional dá conta de diversos aspectos importantes envolvendo o âmbito próprio dos movimentos, como no caso de alicerçar uma forma organizativa, efetuada pela consistência jurídica e que reforça os

laços entre os membros mobilizados.

Importa reter da diversidade desse enfoque institucional uma possível tendência à institucionalização dos movimentos sociais mais abrangentes e duradouros. Ou seja, referenciar-se pelo sistema institucional não se apresenta necessariamente como um fato alheio à cultura política e à vida social mediada pelos movimentos. Sendo assim, o intuito de atingir a representação política via ação em um partido constitui uma aproximação integradora junto à institucionalidade, a qual, por sua vez, pretende ser a forma de assegurar formalmente os direitos sociais requeridos.

#### *A Sociologia da Ação dos Atores Sociais*

A ação social e política, as práticas cotidianas, a emergência de atores, a dimensão cultural, a identidade, a autonomia e os seus opositores são elementos fundamentais na análise dos movimentos sociais, tomados como constituição de atores sociais ou sujeitos da ação. Isto configura o “retorno do ator”, segundo a interpretação de Alain Touraine. Quanto menos abrangentes, locais ou de base, mais tendem a definir-se culturalmente, atuar na defesa comunitária, afirmar a sua identidade e, portanto, menos tendem a apresentar demandas que atuem sobre o sistema político e a requerer representação política.

O espectro dos movimentos sociais é amplo e não apresenta unidade quanto à ação, às posturas políticas, bem como no seu conjunto ou amplitude tais movimentos mesclam demandas do campo cultural, social, político e econômico. É possível distinguir movimentos que privilegiam a ótica cultural, como o movimento negro, étnico, feminino, ecológico, de outros mais próximos da esfera política e redistributiva. Sendo assim, a heterogeneidade manifesta uma das características fundamentais do campo de ação dos movimentos sociais. Em suas diferentes dimensões, empenham-se pela mudança do sistema de dominação, da ação sobre a historicidade e do ordenamento institucional que submete, ou que exclui da participação. Empenham-se pelo acesso ao consumo cultural, coletivo e material, que dependem de decisões provenientes do sistema ins-

titucional. Parte daí a constatação de uma questão delicada e controvertida dentro dessa interpretação: é a possível manutenção da autonomia política e cultural ao mesmo tempo que trata de influenciar, consolidar alianças ou obter acesso às instâncias nas quais se tomam as decisões. Tanto mais essa questão é um dilema para a interpretação, quanto mais se é levado a reconhecer que é o sistema político que enquadra as reivindicações populares e grupos de interesse diferentes. Ou seja, o sistema político moderno requer para o seu funcionamento o exercício da representação política proporcionada fundamentalmente por meio das organizações partidárias.

O campo de ação dos movimentos sociais localiza-se no seio da sociedade civil, e estes contrapõem-se à institucionalização política, entretanto não sem consolidar, no mais das vezes, um relacionamento com a institucionalidade, que pode vir a usurpar a condição de sujeitos da ação social. Nesse sentido, por serem populares, só podem organizar-se dentro da estratégia política de esquerda, reconhece Touraine (1989), de oposição ao sistema político no intuito de irromper rumo a um novo patamar social. Porém, tendem a estar distantes e manterem-se independentes dos partidos políticos existentes, ou seja, de oposição e de esquerda, sem se verter em quadro partidário. Em um momento recente, movimentos ecológicos desmentiram esta versão, ao criarem siglas específicas. Na verdade, para fundamentar essa visão, o autor leva em consideração, para estabelecer os termos de diferenciação, os partidos de esquerda na Europa. Convém lembrar ainda que o autor se refere, no mais das vezes, à sociedade pós-industrial, com a perspectiva do Estado de Bem-Estar consolidada.

Os movimentos sociais configuram-se mais como atores em negociação com o Estado, reconhece Touraine (1989) a certa altura. Atribuem-lhe legitimidade para introduzir ou alterar segundo as proposições postas pela luta social, mais do que fazer-lhe oposição radical ou agir para a alteração do Estado vigente. Situam-se não necessariamente sempre fora do âmbito geral da questão partidária ou do campo estatal, pois quando estruturados podem propor-se à reconstituição do sistema político de representação.

Todavia, para atingir seus objetivos, tendem a renunciar à submissão a uma instância externa e superior, política ou ideológica, forma esta que costuma ser o comportamento dos partidos políticos frente à emergência de movimentos alternativos.

Os movimentos sociais propõem-se em seus objetivos, a maioria das vezes, como agentes para uma sociedade mais democrática, mais igualitária, para além ou acima do que propõem os programas e a prática política dos próprios partidos ditos democráticos. Assim, revela-se uma crise existente no sistema político, particularmente no que se refere à representação. Todavia, não tendem a lutar pelo poder político, mas pela rearticulação do poder, na possibilidade de tornarem-se e permanecerem sujeitos da sua história, ou um entre outros atores sociais. A grande interrogação no pensamento de Touraine é se os movimentos sociais enquanto tais não chegarão jamais — ou se atingirem tal intento em casos especiais —, seria possível que viessem a emergir na forma de partidos programáticos. Em uma obra parece negar essa possibilidade, apresentando-se com um enfoque predominantemente antipartido; em outro momento parece admiti-la em certas condições, por exemplo, considerando os movimentos sociais na América Latina. Nesse instante o autor remete-se a situações históricas de longo prazo, muito além dos movimentos urbanos do século XX ou das últimas três décadas.

Na medida em que se apresentarem movimentos fragilmente articulados ou estruturados, a probabilidade de eventual relação com o partido político tende a desembocar na submissão à estratégia de conquista do Estado, enfim, em uma relação instrumentalizada e unilateral. Os partidos políticos objetivam, de forma primordial, a conquista do poder para, mediante a posse da direção da sociedade, introduzir as mudanças propostas. Resta a interrogação sobre a capacidade criativa e em que sentido os movimentos reinventam a sociedade, a vida política, alterando o sistema de dominação. A emergência de novos atores como sujeitos da ação histórica significa também inventar novas relações, novas identidades, e até novos partidos para eri-

gir uma representatividade coerente com os objetivos postos.

Da perspectiva acionalista, na versão proposta por Touraine, cabe guardar que o sentido da ação, sua orientação, não pode ser reduzida à consciência dos atores sociais, mas, sobretudo, deve ser buscada nas relações sociais. No caso, incide diretamente na perspectiva em questão, a do relacionamento entre dois atores sociais, cuja relação depende de outros fatores para além deles mesmos. Os atores sociais, reconhecidos pelos relacionamentos operados em sua vitalidade, possuem a figuração de forças sociais, e enquanto tais exercem um papel de participação na sociedade, disputando espaços. Nesta disputa entra em jogo, ao lado da participação, também a questão da representação das forças políticas. Em termos semelhantes, há uma distinção a ser compreendida através da comparação entre a concepção que os movimentos sociais possuem de si mesmos, dos seus posicionamentos, e a complexidade de relacionamentos que situam os mesmos nas disputas políticas pela orientação da sociedade. Aliás, tratando-se dos interesses dos movimentos sociais, a participação e a representação parecem, antes de tudo, instâncias inseparáveis.

Um movimento social só possui existência relevante quando socialmente reconhecido, ou tem significativa importância na medida em que for identificado e codificado pelo sistema institucional. Mais ainda, o encaminhamento da pauta de reivindicações remete a uma progressiva institucionalização do conflito. Tanto assim que o contato com a esfera institucional influencia no sentido de operar mudanças nos movimentos para se aproximarem da visualização institucional. Aí encontramos um dilema: de um lado a proximidade com a institucionalidade pode implicar debilidades ao movimento, no sentido de arrefecer e amainar a sua radicalidade; de outro, trata-se da condição de possibilidade do desenvolvimento do movimento, pois, sem influência institucional, não significará nada em termos de mudança social. Sob esta ótica, é possível entrever as contingências do relacionamento entre movimentos sociais e partidos políticos, por mais que permaneçam com seus aspectos distintos.

A dinâmica contida na análise acionalista permite destacar diversos aspectos a propósito da interpretação dos movimentos sociais e seu relacionamento com os partidos na recente história do Brasil, tendo em vista, principalmente, a realidade heterogênea dos movimentos sociais, os fluxos e refluxos por que passam suas trajetórias e a emergência de um novo partido de esquerda com a pretensão de ser sua expressão no nível institucional. Ao que tudo indica, a partir da revisão bibliográfica a dimensão do relacionamento entrevisto por Touraine entre movimentos e partidos poderá ser explorada na sua capacidade explicativa no contexto, tendo em consideração a realidade brasileira.

#### *A Lógica do Individualismo Metodológico*

Os parâmetros de análise do individualismo metodológico apresentam-se como uma reivindicação específica sobre o caráter da explicação sociológica. Dessa perspectiva, propõe-se que todos os fenômenos são mais bem explicados pela forma de envolvimento do agente individual. A compreensão da presença fundamental dos indivíduos vai mostrar o exercício da escolha racional em todas as situações, fundamentando a explicação sobre as decisões, as omissões e ações, as permanências e mudanças (Levine, Sober e Wright, 1989) do agente individual. O individualismo metodológico rompe com aquela sociologia que entende como fundamental a organização das classes sociais e as respectivas consciência e luta de classes. Rompe igualmente com a interpretação dos movimentos sociais em função de sua emergência pelos laços da solidariedade e da constituição de novos sujeitos coletivos. Neste sentido, existem indivíduos com determinação, e estes são a unidade última de análise, não os grupos sociais.

Segundo Boudon (1989), o *homo sociologicus* atua como maximizador das vantagens nas suas iniciativas e naquelas em que age pelo exercício da escolha racional, inclusive nas opções ideológicas. Ou seja, também a ação política e os posicionamentos ideológicos podem ser explicados pela busca da maximização de ganhos

individuais. Tal perspectiva conduz a uma interrogação relevante: “sob que condições, de sempre a nunca, a solidariedade (cooperação) é mais racional para os trabalhadores individuais ou para grupos específicos?” (Przeworsky, 1988, p. 13). Por outro lado, a participação nas lutas sociais tende a inclinar os indivíduos para decisões fundadas na razão enquanto capacidade de compreensão das relações sociais e na formulação de mover-se por seus interesses expressos de modo coletivo. Parece que, dentro desses parâmetros, os movimentos sociais podem ser explicados desde que cada um dos membros percebe na mobilização coletiva a melhor opção ou a ação racionalmente adequada para atingir interesses.

Indivíduos que possuem interesses e condições de vida semelhantes não agem sempre coletivamente na promoção destes. Se a ação coletiva é igualmente benéfica para todos os indivíduos de um grupo, cada qual se omitiria, caso, nos resultados finais, os benefícios fossem distribuídos independentemente de sua participação. Sob essa ótica, vários autores passam a discutir a questão do “carona”, para quem a ação racional passa a ser o ato de não participar. O dilema, então, é explicar a rejeição da mobilização comum ou sob que condições a cooperação é tida pelos indivíduos como mais racional do que a omissão. Isso explicaria a ausência de sindicalização, o fracasso de muitas mobilizações anunciadas, a ausência de filiação partidária dos trabalhadores ou mesmo a fraca votação em partidos de esquerda. Muitos encaminhamentos têm sido apontados e discutidos para o problema do “carona”, segundo Levine, Sober e Wright (1989). No presente debate, se os indivíduos são racionalmente egoístas e maximizadores de ganhos com o mínimo de esforço, então tenderão a pegar “carona” no sacrifício de outros em vez de sacrificar-se. Desta forma, o dilema para os movimentos sociais está em motivar indivíduos a contribuírem para um bem coletivo, que redunde em vantagens para outros, mesmo que tenham menor participação.

De acordo com o individualismo metodológico, nem a repressão ou dominação ideológica, nem as condições objetivas ou agentes externos

são suficientes para explicar as organizações populares. Dessa maneira, entende-se que “a identidade coletiva, a solidariedade de grupo e o comprometimento político são continuamente forjados — moldados, destruídos e remodelados — em consequência de conflitos [...]” (Przeworsky, 1988, p. 121) e da escolha racional exercida em seu seio. O comportamento político dos indivíduos depende de confronto de interesses, de preferências e estratégias. E só pode ser compreendido na articulação histórica concreta dos conflitos, que, por sua vez, nos afetam diretamente e nos quais os indivíduos tomam posições. A questão está em justificar que isto se apresenta como a ação racional possível ou a mais viável e maximizadora de benefícios. De forma semelhante, as lideranças procuram justificar a relação do movimento social com a representação no Parlamento.

Entretanto, as organizações de cunho popular exibem-se livres para agir, apresentam projetos políticos, criam partidos, escolhem estratégias cujas condições são dadas pela estrutura de escolha (Przeworsky, 1989). Sob a perspectiva de uma visão de concorrência de posicionamentos, Przeworsky passa a defender como importante a participação no jogo eleitoral, a superação dos dilemas dos movimentos sociais frente à disputa pelo poder político. Inclusive, o perfil e a opção de classe, segundo o autor, torna-se irreconciliável com um partido viável eleitoralmente. Qualquer partido que tenha por base as mobilizações sociais deve tirar proveito da competição democrática para promover os interesses contidos no seu programa.

O individualismo metodológico contrapõe-se a outras explicações, tais como o embasamento de mobilizações sobre o efeito dos laços de solidariedade, o altruísmo, a reelaboração do discurso político, a construção da cidadania, a emergência de novos sujeitos sociais, vontade política dos militantes partidários e a consciência coletiva ou de classe. Segundo a ótica do debate aqui em questão, faltaria ao marxismo entender que os indivíduos são egoístas, além de se apresentarem como concorrentes no mercado das opções e de trabalho. Os indivíduos têm múltiplos interesses e sempre analisam custos e benefícios, resultan-

do na opção pela ação racional. Comungar com as mesmas demandas ainda não é suficiente para participar da ação comum, já que a opção se dá pelo princípio da escolha racional. Isso explicaria tanto a ausência de mobilização em condições objetivas favoráveis, quanto o limite desta em face de resultados parciais obtidos.

Em um texto instigante, Przeworsky (1988) formula e responde a três objeções feitas ao individualismo metodológico, formuladas pela tradição marxista: a) o caráter histórico das preferências, isto é, não são universais e estáveis, mas condicionadas pelo contexto; b) o caráter do altruísmo é mais adequado para explicar algumas preferências do que o interesse egoísta; c) na sociedade moderna, em certas condições, há comportamentos irracionais, mesmo que os indivíduos se qualifiquem como racionais. Entre as críticas à abordagem da escolha racional, cabe aqui apontar duas. Em vez dos interesses idênticos, da consciência de classe, pressupõe uma homogeneidade em face das decisões individuais com exclusividade para a ação racional, ou seja, desconsidera a pluralidade de opções possíveis. Além do que, não apresenta explicação satisfatória para questões tais como o corporativismo, a produção de novas mudanças, a dinâmica da história. Para além das críticas, para que os indivíduos se movam através de movimentos sociais, com a implicação e a avaliação de um custo, é possível avaliar as motivações pela conexão de interesses e da visualização dos resultados. Ao que parece, o individualismo metodológico ajuda a explicar, em boa parte, os fluxos e refluxos das mobilizações sociais em diferentes situações. Serve mais para explicar a constatação das ausências do que a presença no campo da consolidação de direitos sociais e na luta pela cidadania.

#### *As Práticas Instituintes pela Via dos Novos Movimentos Sociais*

A análise a partir das práticas instituintes valoriza a relação entre o público e o privado, a percepção dos indivíduos, a subjetividade, a consciência fragmentada e alienada, os desejos, os aspectos simbólicos, aspectos não valoriza-

dos pela perspectiva inerente à racionalidade dos partidos políticos, mesmo os de esquerda. Portanto, confere com a visão dos descrentes nas proposições de tais partidos em face da proposta e da emergência de mudanças sociais. A discussão sobre a autonomia ocorre dentro do contexto no qual se destaca o assunto sobre a crise institucional e também se configura com uma base histórica clara. Isso diferencia internamente os autores. Vários pensam as novas práticas instituintes e, com toda razão, diz-se que isto remete a uma grande tendência analítica importante; afinal as práticas instituintes são o fundamento da invenção da sociedade.

Através da criatividade levada à prática pelos movimentos sociais criam-se novos espaços de sociabilidade e para conformá-los há o que se denomina de práticas instituintes. Nessa análise autores como Claude Leffort (1983) e Claus Offe (1983, 1984, 1988) englobam elementos culturais e políticos na abordagem dos novos movimentos sociais. Para a sua expressão social, sua visibilidade coletiva, não utilizam canais institucionais já existentes. Com isso, torna-se bem compreensível e justificável que a mobilização popular engendre novos espaços de legitimidade para a ação coletiva. Através dos seus procedimentos, ocorre a invenção democrática, já que, enquanto setores sociais excluídos, não usufruem do sistema político cuja atribuição é a democracia. O relacionamento entre movimentos e partidos passa a ser um enfoque ou um ângulo sem maior importância de preocupação na pesquisa, pois que a análise se concentra no fato de que movimentos se reportam à inovação de um espaço social. Todavia, é necessário ressaltar que Offe (1988) dedicou determinado espaço à relação dos novos movimentos sociais com os partidos políticos.

Os canais tidos como tradicionais no campo político, tais como os sindicatos e os partidos políticos, tendo exaurido suas capacidades de expressão das reivindicações, são preteridos e substituídos por outras formas de encaminhamento das reivindicações. O sistema partidário perde em funcionalidade e credibilidade, porque não oferece os espaços nos quais as demandas podem ser processadas (Offe, 1983). A análise entra

diretamente no debate que contrapõe a esfera representativa e a participação direta. Então, pelas práticas sociais instituintes de espaços da cidadania ressalta-se esta última dimensão como aquela que recobre o âmbito dos movimentos propriamente ditos, acima de tudo inovadores.

As práticas instituintes podem visualizar-se como competição entre partido e movimento. Se a substituição do papel do sistema partidário competitivo é um processo real e difundido pela emergência de novos movimentos sociais e se

“a forma organizativa do partido político competitivo desempenha um papel crucial ao tornar a participação das massas compatível com o capitalismo [...]. Nosso quadro permanece incompleto e desequilibrado se nos concentrarmos exclusivamente naqueles casos nos quais o ‘canal’ da participação política, que consiste na competição partidária, nas eleições e na representação parlamentar, é superado e reduzido na sua legitimidade e credibilidade pela política dos movimentos sociais ou as negociações corporativistas entre atores [...]” (Offe, 1983, p. 40).

Os movimentos sociais, ao serem caracterizados como instituintes de novos espaços do social, apresentam-se como hostis à tradição da representação política. Com isto permite-se a leitura em que as mobilizações populares incrementam a ação política pela esfera participativa em detrimento da esfera representativa. Nisto, na ação coletiva, fruto de demandas e interesses comuns, os partidos deixam de ser referência importante como canais de expressão política de interesses. A participação direta definirá o limite da ação política, pois através dela os agentes sociais instituem novos caminhos e espaços, nos quais se circunscreve a identidade dos atores.

O cotidiano renovado é legitimado como o espaço da expressão política. Cabe a interrogação de como esse novo espaço relaciona-se com todos os outros espaços políticos na sociedade plural, ainda mais que a esfera participativa, por mais importante que se apresente para o desenvolvimento dos movimentos sociais, comporta limites para a realização dos objetivos das mobilizações coletivas.<sup>1</sup> A perspectiva autonomista igualmente obteve ressonância entre autores brasileiros no intuito da interpretação do significado

dos movimentos sociais. No mais recente, durante a vigência do regime militar, o discurso vem carregado com uma forte importância como cabe anotar em relação ao autoritarismo, aos partidos tradicionais, aos totalitarismos das esquerdas, entre outros tópicos. O conceito de autonomia como perspectiva principal referente aos movimentos sociais — como, por exemplo, nas análises de Foucault, Castoriadis (Castori — está propriamente referido ao tipo alternativo de movimentos sociais, tais como: mulheres, negros, homossexuais, ecologia, minorias, etc.) seriam movimentos de cunho libertário, praticando utopia, com postura autogestionária. Por oposição nomeiam-se contrários à institucionalização burocracia estatal e partidária, apresentando-se independentes desses espaços entendidos como estreitos. Através do ideal da autonomia projetam a construção de novos espaços na sociedade civil.

O empenho pela autonomia seria fundamental para a prática social renovada, para manifestação das potencialidades do “novo” emergente. A singularidade, expressa de tal modo, não poderia estar inscrita nas atividades convencionais ou na estrutura partidária rígida. Os movimentos sociais não exigem uma representação da qual suas condições de vida poderiam ser melhoradas, mas sim a autonomia. Não que do presente estudo, a autonomia tendesse a ser entendida como uma condição necessária ao relacionamento entre dois atores sociais em sua história. Assim, antes de significação, distanciamento do sistema institucional volta-se sobre si mesmo delimitando um espaço, será atribuído um significado em que a referência à autonomia se conecta com uma pauta elaborada a favor da cidadania e para a implementação da qual é fundamental estabelecer relacionamentos com outras forças sociais.

Para a ótica das práticas instituintes sob a suspeita de propalar a desmobilização a representação política no Parlamento é possível pois o que importa não são os ganhos através do exercício do poder, mas o que deve ser desenvolvido a institucionalidade e o poder do Estado. Tal percepção aproxima a questão da autonomia a outra dimensão questionável: os movimentos como ex-

pressão espontânea, energizados a partir da vontade política dos próprios membros. Assim, estes estariam contrapostos à institucionalidade estatal e partidária e dimensionados pela representação que os novos sujeitos fazem do processo em que estão envolvidos. A autonomia e a identidade, relacionadas com a representação reinventada de sua própria capacidade de ação, serão parcela fundamental da garantia para a geração de novas relações sociais, do resgate de espaços da esfera pública, da recriação de direitos usurpados, da edificação de territórios para a democracia de base. A possibilidade do relacionamento entre movimentos sociais com partidos políticos, no extremo, não poderia ser outra senão a rejeição, porém fundamentada em uma nova representação da prática social como mecanismo de interferência na sociedade. Ou por outra, a aproximação com o irracionalismo parece explicar que a vida partidária é por demais instruída por racionalidade, por uma burocracia, por debate estreito que os membros dos movimentos sociais tendem a rejeitar.

A elaboração das temáticas constitui um trabalho minucioso, inclusive a noção de autonomia, que possui relevância para a narrativa do relacionamento entre atores sociais e cuja qualificação usualmente utilizada passa pela crítica quanto à sua compreensão. Conforme meu interesse, o entendimento da noção de autonomia distingue-se em dois planos: o primeiro visualiza-se como o plano do real, dos fatos com causas e conseqüências. Por assim dizer, compreende o plano histórico. No início dos anos 80 esta discussão sobre autonomia vinha sendo realizada, entendida como uma postura antiinstitucional, portanto, com viés um tanto diverso do que aqui a desenho como básica para referenciar relacionamentos entre atores sociais. A autonomia não existe propriamente dita no real, pois sempre constata-se delimitadores e condicionantes, entre eles localizamos dentro do ambiente das lutas sociais a conflitividade diante das instituições, o Estado, as organizações de esquerda. Com isto, enfim poderiam ser identificados graus ou espaços de autonomia, mas não a idéia de uma pureza ou totalidade determinante de uma autodefinição dos movimentos sociais. O outro

plano é o conceitual, analítico e que está ligado à idéia de sujeito político. Assim vai se definindo e colocando a questão das mudanças e do discurso da autonomia, bem como as redefinições no correr do tempo, enfatizando os termos fundamentais. Existe um plano discursivo ou a representação que é a maneira como um movimento social, através de suas lideranças e seus porta-vozes constrói a sua própria imagem pública. Assim sendo, torna-se salutar reconhecer que as lutas sociais também se constroem no plano da retórica, não no sentido pejorativo, mas no intuito de consolidar um campo discursivo através do qual estão se posicionando perante uma série de dilemas e desafios das conjunturas políticas.

No fundo a questão emergente requer que a abordagem mostre como de um discurso da autonomia os movimentos sociais foram evoluindo no sentido de estabelecer as respectivas relações com a esfera partidária. Ao mesmo tempo a investigação pode ir mostrando que o discurso de autonomia não corresponde ao exame rigoroso dos fatos propriamente ditos, porque sempre existiam opções partidárias no interior das mobilizações públicas e os entendimentos com a esfera pública impõem delimitações, especialmente no que diz respeito ao campo da legalidade. Então, pode-se perguntar se opções partidárias são assimiladas e tomadas no transcurso do desenvolvimento da demanda ou se se observa a presença de agrupamentos partidários atuando no curso da estruturação das lutas sociais. Não parece fácil delinear a prática de grupos de esquerda nas instâncias dos movimentos sociais enquanto se movem na clandestinidade e ao mesmo tempo atuam com uma outra fachada legal. Somam-se conseqüências diversas ante um vínculo ideológico de estatuto específico e a identificação exterior ou pública com um partido institucional, de maneira peculiar devido à disputa pela hegemonia política junto aos movimentos sociais e à questão ideológica e programática, bem como as influências para negociar as demandas.

Em suma: o percurso estabelecido permitiu apontar para a diferenciação com que é possível abordar a relação entre movimento social e partido político dentro de alguns enfoques sociológicos. Tais enfoques passarão a ser utilizados de

maneira seletiva para interpretar o objeto deste estudo. Até o presente momento, estabeleci um percurso por diferentes tendências de interpretação sociológica, particularmente a propósito do objeto de estudo: a dinâmica do relacionamento entre os partidos e os movimentos sociais. A seguir passo a conferir a presença dessa relação e como esta se encontra destacada na literatura sobre o Partido dos Trabalhadores. A razão de estreitar o perfil da literatura em exame deve-se, fundamentalmente, a que tal partido se propõe representar as demandas dos movimentos sociais, ou seja, possui, entre seus objetivos programáticos, a consolidação como expressão daqueles no sistema institucional e no âmbito das decisões políticas. Além do mais, pretendo mostrar que ainda há espaço para pesquisar e aprofundar essa temática, intuito desta pesquisa sobre a trajetória do relacionamento entre Partido dos Trabalhadores e um movimento social específico.

### **Quando Mudanças Partidárias Desafiam os Movimentos Sociais**

Neste segundo momento pretendo discutir a relação entre a reorganização da esfera dos partidos, especialmente na virada da década 70/80, e a organização dos movimentos sociais. Para tanto, faço uma crítica à literatura tentando deslindar as ênfases analíticas como a presença ou ausência dos movimentos encontra-se visualizada no cenário institucional. Em geral, os autores normalmente privilegiam a ótica de um dos atores sociais em sua interpretação, porquanto aqui se enfatiza o debate sobre a especificidade do relacionamento entre os mesmos. Primeiro, a maneira como se propõe a abordagem para examinar a relação entre movimento e partido procura entender o comportamento político presente no cotidiano das lutas sociais, pois é basicamente do comportamento político do cotidiano que as lutas sociais extraem as suas energias e os elementos que os constituem. Daí que é importante reconstruir a dinâmica do relacionamento entre partido e movimento, examinando as modalidades participativas, a experiência conflitante, tratando-se de uma abordagem usual como proposta de trabalhar questões sociais que compreende a

maneira como se tenta trabalhar as situações de configuração política.

No momento em que mudanças partidárias desafiam a organização e as definições dos movimentos sociais é de se notar uma maleabilidade em ambos os lados da conexão. Este segundo momento do presente texto pretende apresentar uma exposição da temática do relacionamento enunciado, considerando um determinado espectro da bibliografia. Esta renega ou elucida a relação, conforme os pressupostos e os resultados das investigações. Trata-se de percorrer o caminho do conhecimento social acumulado e, por fim, destacar o objeto deste estudo, a perspectiva de análise a ser adotada, inserindo-o na continuidade deste percurso.

Existem questões divergentes nas obras que analisam as lutas sociais, nem sempre claramente delineadas, quais sejam: o jogo de forças, a disputa pela hegemonia política no interior do movimento, a maneira como este também vai sendo construído no âmago e no coração das grandes matrizes de orientação política, bem como a participação no jogo institucional mediante nexo com um partido. De certo modo, o entendimento quanto à representação propriamente dita aparece quando se faz um apanhado histórico das mudanças nas relações dos movimentos sociais com os partidos políticos, em cuja perspectiva se retoma aspectos de vários momentos precedentes. Neste período a reconstrução defronta-se com um relacionamento, de distanciamento ou proximidade, questionável diante da frágil realidade partidária ou das tendências partidárias que mantinham uma certa distância das mobilizações populares.

O espaço concedido à participação dos movimentos sociais na configuração dos partidos no Brasil não costuma ser dos mais generosos. Todavia, há aqueles que se dignam lançar mão dessa ótica e são estudos que tendem a privilegiar a perspectiva na qual a estrutura partidária se relaciona com a esfera dos movimentos, ou ao contrário, insistindo mais na ótica de como os movimentos se relacionam com os partidos. Além disso, alguns estudos são de delicada alocação sob um ou outro enfoque apontado. Neste sentido, existe um número significativo de publicações



dos próprios partidos com o intuito de divulgar a sua proposta política, ou mesmo textos de análise conjuntural voltados para os militantes. O sociólogo, militante e prefeito de Porto Alegre Raul Pont (1985) contextualiza ora a posição de sua tendência política dentro da organização partidária, ora a justificativa das posições petistas frente aos problemas da conjuntura nacional e seu respectivo jogo de forças. A seleção de textos serve como amostra das alterações de posicionamentos dos diversos atores e da lenta configuração do novo partido, ao superar uma série de restrições e divergências.

#### *Movimentos Sociais e os Efeitos da Participação Eleitoral*

O processo de redemocratização do país, no final da década de 70, atraiu uma série de estudos para o desempenho eleitoral dos partidos e sua importância na volta ao regime de eleições livres e diretas em todos os níveis. A maioria são estudos sobre o comportamento eleitoral dos partidos e suas respectivas ideologias, do eleitorado brasileiro e seus condicionamentos (Lamounier, 1989). Sobre todos os pleitos das últimas três décadas há estudos publicados, ressaltando, uns mais, outros menos, a intervenção ou omissão das organizações populares e a orientação que tal posicionamento implicou nos resultados das urnas. É de fundamental importância distinguir as orientações partidárias, pois não possuem homogeneidade quanto à sua relação com a base social e assim entenderão de forma diferenciada os movimentos sociais. Nesse sentido, trata-se aqui de traçar referências entre os partidos e seu envolvimento com outras formas de organização na sociedade civil, particularmente com setores que postularam mudanças redistributivistas na sociedade. São inúmeros os estudos voltados à explicação do significado histórico dos partidos políticos, na organização do Estado e da sociedade. Como tais tendem a permanecer no campo específico e, portanto, cabe limitar a abordagem a estudos que remetam a uma preocupação com o aspecto tão particular como aquele da relação partidos políticos e movimentos sociais.

Os estudos sobre a variação dos resultados

eleitorais, embora apontem o direcionamento do voto em comparação à situação socioeconômica da população, mantêm-se aquém da particularização que pudesse vir a avaliar a força eleitoral efetiva dos diferentes movimentos sociais. Destaco pesquisas que dizem respeito ao processo eleitoral de setores sociais específicos ou tendências eleitorais com suposta incidência para a ação dos movimentos sociais: a) o significado do voto e da política para moradores de um bairro de periferia (Caldeira, 1984); b) os posicionamentos e o envolvimento eleitoral do clero no pleito eleitoral de 1982 (Pierucci, 1984); c) a flutuação eleitoral quanto aos votos atribuídos a partidos de direita e de esquerda em diferentes bairros, ou ainda a vitória eleitoral da direita em 1992 em São Paulo, particularmente na periferia (Pierucci e Lima, 1993); d) a tendência de crescimento da votação em partidos com perfil de esquerda em 1988 (Lamounier, 1989), ou a afirmação do pluripartidarismo no mesmo pleito (Sadek, 1989). A observação do comportamento dos movimentos sociais por ocasião das disputas eleitorais, como a abstenção ou seu empenho na divulgação de candidaturas, apresenta-se como um dos momentos privilegiados de sua avaliação no tocante à relação com a questão partidária.

No exame da bibliografia não foi encontrada uma abordagem abrangente que leve em consideração o comportamento eleitoral dos movimentos sociais na década de 80, em relação à vigência do pluripartidarismo, à liberdade de expressão partidária, à representação política dos respectivos movimentos. As pesquisas sobre o significado da emergência histórica do Partido dos Trabalhadores retratam a diversidade de enfoques possíveis, ou a riqueza de óticas frente ao mesmo objeto de pesquisa. O tratamento dado às questões históricas relativas ao Partido dos Trabalhadores privilegiou sua origem sindical ou outra, de modo mais significativo do que parece, na qual os movimentos sociais não aparecem claramente configurados ou pouco representariam nos caminhos percorridos para a construção do partido. Vários recortes mostram-se fecundos, contribuindo para uma visão informada do rico processo que representa o então novo partido no panorama político brasileiro, ainda mais se

acrescido da imagem de ter vindo à luz como saldo positivo das lutas sociais. Na literatura há estudos que, ao tomar por objeto um partido de origens operárias, poderiam com maior probabilidade traçar uma relação frente às mobilizações populares, entretanto uma série deles privilegia óticas específicas ao examinar sua origem e seu desenvolvimento. A ausência dos movimentos sociais como ator social na configuração do partido de novo perfil aparece com tonalidades diversas.

Entre as obras que primam por uma perspectiva de análise específica e nas quais a contribuição dos movimentos sociais encontra-se relegada, podemos citar, entre outros: 1) os percalços da ala sindical durante a emergência de um partido e a perspectiva de retratar a trajetória de uma categoria social em direção à representação partidária que levaram Oliveira (1988) a analisar os acontecimentos prévios à emergência de um partido com perfil operário, associando o binômio "trabalho e política" ao discurso do "sindicalismo autêntico". De forma declarada isola outros setores sociais e sua possível contribuição, em que a fundação aparece antes como o ápice, o resultado final, do que o objeto mesmo e central da análise; 2) as orientações ideológicas não apóiam um discurso inovador, em que a distinção e a separação entre discurso e prática remete a possíveis contradições nem sempre percebidas pelos atores sociais. Dessa ótica, Souki (1986) analisa as determinações socioculturais a que estão submetidos indivíduos cuja ação está direcionada à conquista de poder de decisão, as quais afetam também quem se vincula a siglas partidárias de perfil democrático. Mesmo que a autodenominação seja de democracia popular, na convivência política as lideranças podem se tornar autoritárias, e a pesquisa tenta demonstrar isto em relação à militância petista, particularmente na disputa pelo poder na estrutura partidária; 3) o projeto político apresenta ambigüidades quanto aos objetivos prioritários, pois a multiplicidade das influências e a dificuldade de conciliar perspectivas a curto e longo prazos compõem o perfil do novo partido (Azevedo, 1991). A ambigüidade é patente no impasse entre o leninismo e a social-democracia e, a partir daí, destacam-

se equívocos, lacunas e ambigüidades na definição pela democracia e/ou pelo socialismo: assimilação da via institucional ou a opção pela sua ruptura. As ambigüidades entre leninismo (ruptura) ou social-democracia traspassam todas as dimensões e estariam presentes em todas as tendências do partido, independentemente de sua orientação ideológica; 4) a análise das articulações das organizações de esquerda em favor do novo partido permite visualizar no surgimento do prospecto partidário tanto uma continuidade da tradição de esquerda no Brasil quanto um momento importante de ruptura política (Berbel, 1991) e enfatiza os grupos de esquerda e os sindicalistas como a base da sua formação; 5) um partido resultante do endosso de instituições reconhecidas, segundo Rodrigues (1990), permite apontar a origem institucional, o recente crescimento de setores da classe média e da burocratização. Os movimentos sociais, se têm o seu lugar na origem e na vida partidária, tal espaço manteve-se, até o presente, muito restrito, ou como que na penumbra, mormente por causa das forças institucionais que sustentaram a iniciativa que deu origem ao partido.

#### *O Processo de Questionamento do Relacionamento entre Partidos e Idéias, Interesses e Movimentos Sociais*

A compreensão da possibilidade das referidas relações depende, em grande medida, da visão do autor frente ao ordenamento político da sociedade. Sobre este tema, F. H. Cardoso tem vários artigos publicados, particularmente em torno do debate da reformulação partidária, enfocando a perspectiva da revisão dos projetos políticos da esquerda brasileira. Cardoso (1981, 1986) aponta para as diferenças e, portanto, para os dilemas de aglutinação para a emergência de um partido popular, constatando debilidades históricas para um relacionamento possível. De um lado, há a inexperiência política em face do tenro processo político, e, de outro, a rigidez das estruturas partidárias. Argumenta que as conexões entre partido com viabilidade eleitoral e os movimentos sociais será ocasional, e, acima de tudo, ambos correm em leitos diferentes. Apesar de

em 1978 os movimentos terem utilizado o expediente partidário para lançar candidaturas ou, por outra, o partido reteve candidaturas populares como os “autênticos”, o MDB não conseguiu um relacionamento permanente e direto com os movimentos sociais (Cardoso, 1980). Algumas candidaturas, mesmo sendo lideranças de movimentos, passaram por momentos tensos entre a manutenção da candidatura e o respectivo movimento, a partir do questionamento de aproveitamento eleitoral do espaço. Situação semelhante ocorreu com o exercício do mandato parlamentar.

Na argumentação de Cardoso, são de grande importância as críticas em face dos posicionamentos que intuía a possibilidade de construir um *continuum* entre mobilização de base popular e a estruturação partidária. Pois os movimentos sociais são de vida curta, e se persistem ao longo do tempo, é porque atrás deles existe alguma organização política, talvez não explicitada, que os instrumentaliza (Cardoso, 1980). Isto é, os movimentos são necessariamente fluidos; com o passar do tempo e sua ampliação, tendem a tornar-se organização ou se diluem, seja com o atendimento das demandas, seja ante extremas dificuldades para atingir seus intentos.

A visão de relacionamento acima é retomada em texto posterior, no qual afirma que no Brasil, quando irrompeu um momento de politização ou reformulação partidária, os partidos não nasceram só do Parlamento, nem se apresentaram como expressão de uma instância organizativa constituída pela adesão de militantes dispersos, ou seja, instrumento de organização da luta de interesses. As dificuldades para uma aproximação provêm, em parte, das restrições feitas ao significado dos partidos.

“Alguns imaginaram que a forma-partido, para ser autêntica, haveria de incorporar os movimentos sociais e poderia ser a encarnação da idéia libertadora. E muitos, ao avaliarem a questão da representatividade, recusam que partidos não nascidos diretamente de movimentos e que talvez nem aspirem a englobá-los e a representá-los sejam de verdade partidos” (Cardoso, 1988, p. 473).

As críticas e os posicionamentos emitidos, ao que parece, tiveram pouca ressonância nos

estudos posteriores que se referenciam à ótica segundo a qual os movimentos sociais se direcionaram às instituições ou à intitucionalidade, especialmente no intuito de criar políticas públicas.

#### *Um Novo Partido Paulista e de Origem Operária*

A conformação de uma situação partidária à esfera institucional da representação parlamentar e da disputa por poder nem sempre se coaduna com os objetivos de expressar determinados interesses sociais. Meneguello (1989) analisa as origens, a organização, as propostas iniciais, a expressão eleitoral e a conjunção das diferentes forças que vieram a conformar o Partido dos Trabalhadores. Aponta o relacionamento entre os atores sociais na dinâmica do cenário político, privilegiando, entretanto, a influência e os vínculos entre o novo movimento sindical e os grupos de esquerda. Estes últimos, segundo a autora, em parte coincidem com a ala dos “autênticos” do MDB, cuja parcela mais voltada para as mobilizações populares veio a integrar o novo partido. É dessa forma que examina o processo que possibilitou a identificação de vários grupos e interesses com as propostas do “novo sindicalismo”, de forma a transformá-los em protagonistas no âmbito político partidário.

Em face da amplitude da análise, cita-se, frequentemente, um conjunto de setores sociais, mas a impressão que permanece é de que os movimentos sociais entraram como um apêndice na configuração — mais objeto do que sujeito — e na determinação das orientações fundamentais do novo partido. Este estaria voltado para o reforço das lutas sociais, e as eleições de 1982, segundo a autora, foram o primeiro teste do enraizamento nas mobilizações urbanas. A autora examina a ação de duas forças de modo especial, o agrupamento dos autodenominados “autênticos”: sindical e partidário, destacando seus conflitos, suas convergências nos diversos debates e como desembocaram na institucionalização partidária. A marginalização de certos setores nas articulações partidárias e na análise remete à defesa da autonomia frente à política institucional, sobretudo de setores com posições próximas à atuação da

Igreja Católica. Todavia, o momento da emergência foi uma hora crucial da capitulação da maioria dos movimentos frente à contingência de obter maior acesso às estruturas políticas estabelecidas e de enfrentar a questão da representação política nas instâncias decisórias.

Na forma de articulação da nova sigla partidária importa mais conferir quais são as suas bases eleitorais e a respectiva incorporação de movimentos sociais. A relação entre o Partido dos Trabalhadores e movimentos parece óbvia, na argumentação de Meneguello, quando considera que o partido emergiu como produto oriundo de espaços não-institucionais e quando se tem como necessário o abrigo político-institucional por parte das mobilizações populares. No entanto, reconhece que existia um amplo panorama ideológico, no que se refere aos movimentos sociais na cidade de São Paulo e, portanto, essa incorporação só podia ser relativa a uma parcela destes. Na avaliação dos resultados eleitorais, Meneguello não encontra parâmetro para aferir o volume de participação dos movimentos, até porque o partido recebeu a adesão de uma diversidade significativa deles em doses sucessivas.

A análise da autora faz referência ao fato de que a nova sigla, além de se originar no espaço não-institucional, propunha-se à tarefa de incorporar segmentos sociais desconfiados da ação institucional.<sup>2</sup> A caracterização como partido de massas e com atuação fora do período das campanhas eleitorais conferiria importância à proximidade com os movimentos sociais. E com tal intuito, a atividade permanente, através dos núcleos de base, serviria para dar preferência às ligações com os movimentos sociais frente ao empenho nas campanhas eleitorais. Todavia, mesmo não resolvido o debate sobre os parâmetros da institucionalização, a disputa vai se transferindo aos poucos para a distribuição do poder interno e a indicação de candidaturas. Nesse momento, parece que os movimentos sociais contam pouco como voz ativa, pois já não haveria razões, propriamente ditas, para a distinção a ser realizada quanto à origem dos militantes. Acima de tudo passam a ter importância as tendências ideológicas nucleadas no interior do partido, encontrando-se ora na situação política, ora na dis-

puta acirrada por posições, ora costurando alianças dentro da estrutura partidária. A autora não menciona espaços relativos, nem nomeia movimentos específicos cujas expressões visíveis são suas lideranças e a *performance* eleitoral.

#### *A Similaridade na Análise de Intelectuais Militantes*

Existem diversas coleções de artigos nos quais se privilegia de forma primordial uma ótica partidária específica. Assim, a coletânea organizada por Emir Sader (1986) reuniu militantes partidários, intelectuais filiados ou simpatizantes. Destacam-se dilemas e impasses para definir as propostas e o programa que delimitem o caráter e a identidade partidária. E nesse panorama aparece também a necessária interrogação sobre a definição da proximidade e das diferenças do partido com outras formas de organização da sociedade civil. A relação com os movimentos sociais, no caso em destaque, tende a aparecer na tangente dos textos. A contribuição dessas análises, para elucidar a relação movimentos sociais e partidos políticos, será retomada e confrontada ao longo da exposição dos resultados da pesquisa empírica realizada a propósito do presente trabalho.

Uma outra série de estudos sobre a vida partidária aponta uma preocupação com a trajetória e o seu enquadramento como instituição. Existem obras publicadas que se relacionam a um programa de governo, configurando-se como uma tentativa de esmiuçar o programa e os princípios ideológicos. Um conjunto de palestras tratou de diagnosticar um projeto político e econômico para um possível governo petista, caso o partido obtivesse êxito no concorrido pleito eleitoral (Weffort, 1989). Evidentemente existem muitos temas relevantes na visualização de uma proposta de governo voltado para os setores subalternos, entre eles a forma como se daria a relação com a parcela organizada em associações. Outra parcela de textos volta-se à proposta para exercício do partido na administração pública. Em “O Modo Petista de Governar”, Bittar (1992), através dos múltiplos setores da administração pública examinados por membros do partido, pre-

tendeu traçar os parâmetros do procedimento da ação partidária e a pretendida novidade quando de posse do poder público. Somente dois tópicos dizem mais diretamente respeito ao que nos interessa aqui, abordando questões da participação popular. Estas obras historicamente relevantes manifestam-se uma forma peculiar de tornar públicos não só a proposta do partido, senão também os entraves que vem atravessando frente à realidade nacional e ao conjunto do panorama partidário. Ou por outra, os confrontos da proposta política para torná-lo um partido de viabilidade eleitoral. Tais estudos tendem a otimizar a relação entre a novidade do partido no cenário político e os movimentos sociais, quando chegam explicitamente a traçar uma referência a respeito da temática. A intenção expressa e a vontade política aparecem de maneira primordial, e os limites parecem desfeitos ante os fatos históricos efetivos e condicionantes.

Existe uma obra cuja preciosidade histórica pauta-se pela seleção de documentos que contribuíram na trajetória, configurando a recuperação da história documental de alguma forma realizada (Gadotti e Pereira, 1989), reunindo uma rica coleção de documentos partidários e apresentando comentários sobre eles, e onde ocasionalmente aparecem mencionados os movimentos sociais. Inclusive, através da variedade de posicionamentos pode-se perceber as mudanças ocorridas ao longo da consolidação da agremiação na ótica do relacionamento do partido com as lutas sociais. Os movimentos mais claramente aparecem no momento de formular a proposta dos conselhos populares, que pretendiam aglutiná-los enquanto instância auxiliar de interferência no poder de decisão. Em suma, essa coleção oferece importante contribuição para traçar a evolução das concepções partidárias sobre o relacionamento com os movimentos através dos documentos históricos.

#### *A Conjugação Plural de Atores Sociais na Articulação do Novo Partido*

A formação do novo partido enfrenta questões consideradas como de âmbito interno aos setores que vieram compor a agremiação e uma

parcela de aspectos procedentes das restrições e adversidades provenientes do contexto social, isto é, de outras forças sociais que não se conformariam com o aparecimento de um Partido dos Trabalhadores no seio do processo de abertura controlada para a democracia. O exaustivo trabalho de pesquisa de Keck (1991), embora enfocando o desenvolvimento do novo sindicalismo, reconhece outras influências para a sua formação. Ao contrário de Cardoso, que aponta para as diferenças e as debilidades do relacionamento possível, a autora mostra a conjugação de forças que desembocaram na nova agremiação partidária.

A autora percebe as relações entre o novo partido e os movimentos como particulares contribuições em prol da viabilização de uma conduta social para o patamar da institucionalização. Ao declarar seu intuito teórico, denomina a sua abordagem de histórico-institucional, enfoque que permite cruzar os elementos conjunturais, contextuais — ação coletiva, mobilização, oportunidade e vontade política, percepção dos atores, criatividade política — e os limites estruturais que impõem opção entre as escolhas disponíveis.

Como novidade na representação política da história brasileira, pela sua configuração de referência fundamental às mobilizações sociais, o novo partido enfrentou, de um lado, o espectro da esquerda representada pelo populismo e partidos comunistas, de outro, a idéia de modernidade representada pelos meios de comunicação, afinados com a homogeneidade cultural e pelos setores contrários a partidos caracterizados pela identidade dos trabalhadores (Keck, 1991). São condicionamentos, portanto, que de alguma forma delimitam as alternativas possíveis. Reconhece que o relacionamento com os movimentos sociais se apresenta mais complexo e complicado do que poderia parecer. Particularmente porque havia militantes identificados com a ação de ambos e porque as pautas permanecem diversas, sem que um campo de ação se subsuma, devido às circunstâncias, no outro. Entretanto, não chega a efetuar uma referência mais detalhada de quais movimentos sociais, e por isso reconhece que é preciso trabalhar com maior aprofundamento, através de outras pesquisas, a relação do

partido com as mobilizações públicas. A autora não cita quais as respectivas lideranças procedentes de movimentos sociais que vieram a integrar o novo partido, a não ser via adesão dos parlamentares e suas bases eleitorais genéricas.

#### *Um Partido com Atuação Singular no Campo Parlamentar e Institucional*

A análise da trajetória permite reconhecer a demora ou o vacilo ante a definição e a atuação institucional no sentido de afirmar efetivamente a representação política proposta no discurso. Novaes (1993) aborda algumas indefinições no campo próprio do partido e alterações substantivas no decorrer do tempo. Na pesquisa observa a origem dos militantes, interrogando-os sobre a sua procedência por ocasião de sua filiação e os respectivos posicionamentos ou filiação segundo as tendências configuradas no VII Encontro Nacional em 1990, e no 1.º Congresso em 1991. Entre as mudanças apontadas pelo autor, podemos indicar: um período que se destaca pela importância dos núcleos de base, sua organização, funcionamento e centro de debates, e outro pelo lento esvaziamento destes. Essa modificação ocorre seja pela organização das campanhas eleitorais nas quais serviram de comitês de candidaturas, seja porque outras instâncias e articulações tomam a preferência.

Os núcleos de base são afetados duplamente pelo processo eleitoral e encontram-se num dilema: empenham-se para levar uma candidatura à vitória eleitoral, como tarefa primordial, o que acaba arrebatando a sua estrutura e dinâmica; após o período eleitoral, tornam-se espaços reservados para operacionalização de tendências ou candidaturas vitoriosas. Com tal forma de procedimento, restringe-se a sua força como espaços de socialização política, com a perspectiva pluralista e idealizada para o partido como um todo (Novaes, 1993). Além disso, quem coordena o núcleo ou ganha a direção do diretório tem maiores chances de indicação de nomes e de controle sobre a máquina partidária.

A discussão sobre as alterações sofridas pelos núcleos — novidade petista entre as siglas legalizadas — remete à possibilidade de influên-

cia mais imediata dos movimentos sociais sobre a estrutura partidária. Assim, Novaes consegue ler nos acontecimentos uma diminuição da participação das bases nas decisões partidárias e, por conseguinte, dos movimentos sociais, nos quais a maximização da busca do êxito eleitoral pode colocar em perigo o projeto político. Nas mudanças apontadas, destacam-se também os dilemas da burocratização ou profissionalização da direção partidária, com a construção e o aprimoramento da máquina partidária. Ao mesmo tempo, os resultados positivos não tardaram em face da decisão de participação efetiva nas disputas eleitorais. Essa decisão implicou a busca de ampliação das bases eleitorais para além dos movimentos sociais, reduzindo, portanto, sua importância, que beirava a exclusividade.

#### *A Administração Conflituosa da Participação Popular*

A importância do estudo de Simões (1992) está no fato de que através de dimensões específicas aborda peculiaridades inerentes ao relacionamento entre movimentos e a administração petista. A participação política processa-se no contexto da administração dos conflitos de interesses e de disputa por poder. Tanto assim que a proximidade com as mobilizações populares remete a uma forma específica de disputa por poder de decisão e de incidir sobre o gerenciamento de conflitos entre forças sociais. Com o propósito de estudar a questão da participação popular na gestão petista na prefeitura de Diadema (SP), Simões (1992) arma um tripé com partido, administração e mobilizações populares. Ao que parece, tendo em vista que os movimentos se apresentaram politicamente frágeis — segundo o autor, para assumirem a proposta de interlocutores —, e que o Estado se tornou recentemente mais autônomo, com funções preestabelecidas, o resultado da investigação acaba destacando as mudanças da conduta e das idéias dos atores da cena política. Nesse sentido, centra-se no conflito entre estrutura partidária e administração pública. O objeto da tensão é o tratamento a ser dispensado pela administração petista à população e, portanto, aos conflitos que regeram as dis-

putas entre a elite política de um partido de origem popular.

O Partido dos Trabalhadores nasce sob a bandeira de ser o catalisador dos movimentos sociais, através da sua ótica participativa, cuja dimensão é fundamental para o autor. Todavia, o discurso sofre um impacto ao assumir o poder e altera a visão das formas de participação direta e o pretendido controle do poder pela base da sociedade. Além do mais, a interpretação da continuidade ou prolongamento dos movimentos sociais, passando pelo partido até chegar ao poder, e a inovação dos movimentos através da denominada agremiação junto ao quadro partidário, receberam muitas críticas. Entre estas, a dificuldade dos movimentos mesmos de passar à esfera política e de agir sobre o jogo político institucional. Assim, a relação possível em Diadema, no período investigado, se dá entre atores sociais desiguais.

Como a concorrência e a disputa por posições vantajosas de poder regeram a ótica partidária na administração, também os espaços dos movimentos sociais passaram a ser alvo especial para afirmar posições, para congregar simpatizantes de quadros filiados e para a obtenção do endosso em função da posição de uma ou outra facção política. Assim, a proposta de participação popular passou ao reino da mera disputa político-partidária, mas talvez não se possa atribuir somente a esse fator o “fracasso” dos conselhos populares.

Sob cada um dos itens acima, foram selecionados alguns estudos de relevância, levando em consideração o contexto da década de 80, a propósito do tratamento dado ao relacionamento entre partido político e movimento social; particularmente no que se refere à insistência com que o novo partido afirma pretender ser expressão institucional das mobilizações sociais. Essa trajetória permitiu visualizar as múltiplas possibilidades de enfoques e, inclusive, apontar para a originalidade com que se pode orientar a pesquisa tendo como discussão fundamental a relação entre partido e movimentos sociais.

Em nenhum momento, de acordo com a visão apresentada pelos autores examinados, chegou-se a negar a participação e a influência das

mobilizações populares na formulação da proposta ou no endosso a uma perspectiva vindo à luz com a reforma partidária de 1979. O detalhe, importando aspectos substantivos, vem à tona quando se delineiam perspectivas que tangem às condições de emergência do partido. Entre essas destacam-se as forças que vieram a integrar os seus quadros e os resultados da ação política a partir de sua proposta programática. Ocorre com frequência a especialização do olhar do cientista ao destacar, com predominância, um dos pólos do relacionamento em apreço. Nos casos acima, predominou o ângulo do partido político. A seguir, o procedimento será de continuar a tratar de enfoques a propósito do relacionamento entre os dois atores sociais, todavia recorrendo a abordagens privilegiando o prisma dos movimentos sociais. Ou seja, é a revisão bibliográfica de autores que tomam como objeto de estudo os movimentos sociais.

#### **A Primazia dos Movimentos Sociais na Abordagem Social**

Através da primazia de uma temática na abordagem social, na verdade, tenta-se mostrar parcela da capacidade expressa pelos movimentos sociais em ação, além das referências à conotação da militância, das várias orientações que os atravessam internamente, dos alinhamentos, das divergências, das proximidades, das mutações e das mudanças. Inclusive os movimentos que, com toda razão, são vistos como extraordinariamente significativos, tendo uma estabilidade notável por décadas, chegando a um nível de organização realmente bastante qualificado. Pretende-se uma apresentação da heterogeneidade de enfoques em face da realidade histórica brasileira protagonizada pela ação dos movimentos sociais nas últimas duas décadas, sem desprezar a possibilidade de consolidar relacionamento com a esfera partidária. O elenco das perspectivas abaixo vai evocando, de forma crescente, o reconhecimento nas análises da relação entre as duas formas de ação na sociedade: partido e movimento. Tais envolvimento, numa gama ampla de possibilidades, ora tendem a ser percebidos como orientando-se para o distanciamento

um do outro, ora vistos enquanto se conectam e ao mesmo tempo se distinguem. Para o intuito do presente trabalho, torna-se oportuno prestar especial atenção à perspectiva da relação fluida estabelecida entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais, sob o prisma da representação política a que aspiram, mais ou menos intensamente, todos os setores organizados da sociedade.

Apontaremos um elenco de enfoques nos quais se traçam perspectivas políticas e aparece, também, o problema referido acima: quando se alude à relação com os partidos, nasce a interrogação sobre o tipo de movimento a que nos referimos e a sua abrangência. Os comentários a seguir pretendem apontar uma série de sinuosidades e diferentes óticas possíveis na análise do tema dos movimentos sociais. Constata-se, desde logo, que as publicações nessa área diminuíram no início da década de 90, embora a percepção da proximidade com a institucionalidade, com a representação política operada pelos partidos junto aos movimentos, seja crescentemente reconhecida. Duas observações de alerta para evitar equívocos e reconhecer a diversidade das pesquisas sociais sobre o tema em questão:

a) freqüentemente, as análises sociológicas englobam interesses políticos expressos e, assim, ultrapassam a interpretação do fenômeno histórico em questão. É o caso de apresentar o que são os movimentos sociais em seu contexto e o que poderiam vir a ser em determinadas condições ou encaminhamentos. Tal tentação de cunho político pode fazer-se presente tanto em autores que enfocam e defendem o patamar da autonomia, da identidade cultural, quanto em análises que percorrem o curso do relacionamento efetivo entre os movimentos sociais e os partidos políticos ou a sua respectiva institucionalização.

b) existe uma parcela dos estudos sobre movimentos sociais que pretende percebê-los totalmente particularizados, localizados ou restritos com exclusividade à sociedade civil (Frank e Fuentes, 1989), sem a referência a outros atores sociais ou à expressão política partidária. Cabem sob tal orientação algumas das investigações sobre iniciativas locais ou, especialmente, sobre as

diversas lutas sociais pelo espaço habitacional. Além disso, em geral cabem aqui as pesquisas sobre os movimentos de gênero, de etnias e os regionais.

O elenco de diferentes enfoques tende a privilegiar a realidade histórica brasileira da década de 80, em ordem crescente de importância segundo a compreensão do relacionamento aqui expressamente em destaque. Duas vertentes de interpretação salientam a relação preferencial dos movimentos com a esfera estatal, reconhecendo, entretanto, que o universo das análises retém maior diversidade e detalhes. Por um certo período, mesmo ainda na época de reconstrução da democracia, e dentro de uma certa orientação teórica, os movimentos foram contrapostos ao autoritarismo estatal. A excessiva ênfase no autoritarismo e no caráter monolítico do aparelho estatal ofuscou a possibilidade de se perceberem visões divergentes e contraditórias no interior dos próprios órgãos estatais. A contraposição ao Estado possuía, por fundamento, a possibilidade da elaboração, a partir dos movimentos sociais, de espaços onde se geraria a transformação social. Parte das análises de Jacobi (1983) e Gohn (1985) enquadram-se no perfil em destaque, alteradas significativamente com a percepção da parcial democratização do Estado.

A outra vertente de estudos a privilegiar a relação com o Estado destaca a heterogeneidade das instâncias estatais e sua incidência no campo de ação também heterogêneo dos movimentos. Essa visão da heterogeneidade dos movimentos e das instâncias estatais começou a ser privilegiada particularmente pelos estudos coordenados por Ruth Cardoso (1989), que se empenha em resgatar o fato de que os movimentos urbanos, por conta da pauta de demandas, tendem a negociar com órgãos estatais. As considerações sobre o confronto ou diferenças políticas abrangidas pelo Estado redobram a sua importância se relacionadas ao fato de que, em uma democracia, o Estado é gerenciado por um ou outro partido em disputa, na qual podem se referenciar ou não aos movimentos sociais. No entanto, as análises não detalham com clareza as diferenças de comportamento estatal em decorrência do partido político que ocupa o poder público.



Existem variantes na abordagem da autonomia dos movimentos sociais que podem ser destacadas. De um lado, deparamo-nos com a definição elaborada pela visão dos próprios militantes dos movimentos na sua prática política cotidiana, no mais das vezes muito pragmática, pois que acomoda ou justifica os posicionamentos políticos. De outro, colocam-se as compreensões que os intelectuais têm do processo. Frequentemente há um intercâmbio entre as duas visões. Entre os últimos há os que tomam a questão da autonomia da perspectiva de se consolidar em entrave político ao intercâmbio com o campo institucional (Mainwaring, 1988); outros enfocam a autonomia como se tal representasse um espaço cujo patamar de referência fosse ele mesmo, ou seja, é o campo extra-institucional (Evers, 1983, 1984); ainda em outra linha de interpretação, encara-se a questão da autonomia como um referencial básico para que os movimentos possam desenvolver um relacionamento efetivo e frutífero com outros campos do social, como, por exemplo, com um partido, mas sem que isso signifique a submissão de um ou de outro. O mesmo vale dizer da abordagem que privilegia a relação preferencial com o Estado.

Os novos sujeitos podem ser assim identificados a partir da capacidade histórica de criar as condições para o relacionamento com outras esferas da sociedade. Ao se constituírem movimentos sociais — entendidos como novos sujeitos sociais — estão sendo criadas esferas distintas da institucionalidade vigente, embora não sem uma referência à crise de papéis daquelas existentes. No entanto, ao mesmo tempo estão sendo engendradas as condições históricas básicas que podem proporcionar, em um outro momento, um relacionamento em pé de igualdade com os partidos. A relativa autonomia inerente aos novos sujeitos é quase condição indispensável para poder estabelecer uma referência, pois o que não tem vida política própria, em nenhuma dimensão se encontra sem um requisito indispensável para se relacionar com uma outra esfera de ação. Assim, os novos sujeitos tornam-se capacitados para estabelecer, dentro do seu âmbito, relacionamentos com outros atores do cenário. É o que aqui se denomina de condições e de ca-

pacidade para que os movimentos sociais como sujeitos de sua pauta, das propostas e do espaço se relacionem com partidos políticos.

As análises que ressaltam os movimentos sociais como novos sujeitos tendem a permanecer aquém dos encaminhamentos aludidos anteriormente (Sader, 1988; Scherer-Warren e Krichke, 1987), por tentar ressaltar e acentuar a perspectiva do seu enfoque. É sempre possível reconhecer a presença de “catalisadores” (Santos, 1981; Ribeiro, 1991) ou de “matrizes discursivas” (Sader, 1988) na emergência dos movimentos sociais. Neste sentido, é possível prosseguir no mesmo rumo da presente análise, elucidando como novos sujeitos — através das assessorias catalisadoras — e novos discursos podem deslanchar em relações que se desdobram na representação partidária.

#### *Democracia e Demandas*

Cabe destacar como valor fundamental a relação dos movimentos com as instituições existentes e a questão da instrumentalização quando os mesmos se tornarem ou se aproximarem do patamar organizacional das instituições. Os patamares sociais e de organização, a partir dos quais se enuncia o discurso sobre a relação dos movimentos em face da perspectiva da institucionalização, têm a sua importância. Entra em consideração que tipo ou perfil de movimento se toma para a análise, como se entende o processo de institucionalização, a existência de procedimentos democráticos e da representação política e qual a postura do autor sobre o sentido da inserção dos movimentos no conjunto de relacionamentos com outros atores sociais.

Ao que parece, a análise nesse particular pode também sofrer o viés da institucionalização quando é ofuscada por uma perspectiva que torna exclusiva tal ótica para dimensionar a prática política. No extremo, o próprio aprimoramento da organização interna por parte dos movimentos para enfrentar os meandros que o elenco das demandas atravessa, e o simples fato de se condicionar a ajustes para dialogar com instâncias governamentais, podem ser interpretados como aproximação com a dimensão institucional. É bem

compreensível que a evolução ou o crescimento em volume requeiram aprimoramento na forma do direcionamento, através de uma regulamentação que venha ao conhecimento do coletivo e visando ao reconhecimento público, e com a qual se institui o seu espaço social próprio. O gerenciamento das conquistas progressivas ou o acompanhamento de programas sociais específicos vai exigindo requisitos organizativos que distanciam do espontâneo e da autonomia como ruptura com outros agentes. O enquadramento jurídico de grande parte das associações de bairro, bem como parcela das lutas sociais, como forma de organização regulada, aproxima-se do rigor com que se rege uma burocracia partidária. Há autores, entre eles Nascimento e Barreira (1993), que dimensionam a institucionalização como a adaptação dos movimentos às exigências requeridas pelos programas estatais.

Para o presente momento, é fundamental reter que o relacionamento com as diversas instituições que traçam referenciais fundamentais é um tema que se renova constantemente na análise. Diversos autores têm apontado para esse fato (Keck, 1991; Rodrigues, 1990; Barreira, 1987, 1992; R. Cardoso, 1988; Doimo, 1995), ou seja, o leito percorrido pelas práticas — sejam institucionais, sejam dos movimentos —, altera-se conjunturalmente. Outra dimensão que aproxima do institucional é a participação ativa de militantes partidários nas mobilizações e a ação dos movimentos em função dos pleitos eleitorais. Tal aspecto foi, por muito tempo, negado estrategicamente pelo discurso político das lideranças, embora visível aos observadores. O envolvimento eleitoral revela a pretendida representação política pelos movimentos, estendendo-se como um braço ou uma parcela de sua ação na área institucional. O relacionamento com o partido e a pretendida representação estão postos como uma entre outras maneiras de aproximação com o conjunto das instituições sociais vigentes.

A questão da representação política refere-se diretamente ao campo da ação institucional e parece um tema pouco explorado pelas pesquisas sobre os movimentos sociais. Assim, abordar a relação entre movimentos sociais e partidos, por meio dos pleitos, da institucionalização,

da representação política, de alianças e cumplidades implica considerar a possibilidade da interface dos campos de ação de ambos. As crescentes possibilidades de negociação por parte dos movimentos sociais com diversas esferas estatais, do local ao nacional, ocorre em consonância com o que se denomina de volta e vigência de perspectivas da democracia. As análises que se referenciam por uma visão estrutural ou macrosocial tendem a relegar a importância dessa participação, mas aquelas que acentuam o contexto particular das mobilizações populares tendem a exaltá-lo. Inclusive, aparece o aspecto, significativo ou não, de que os movimentos teriam engrossado em muito o volume da oposição ao regime militar. De tal maneira, as manifestações por democracia socioeconômica teriam participação política no coro a favor da redemocratização, num conjunto heterogêneo, como este tem sido configurado.

Outra discussão mantém-se em patamares mais restritos, centrando-se sobre o fato do exercício da democracia no jogo político dos próprios movimentos (Krischke, 1983; Gondim, 1993). Parece que, apesar dos esforços realizados pelas análises, e das melhores intenções dos atores, a questão da democracia se apresentou extremamente diferenciada no interior dos movimentos. Acima de tudo, se nenhuma organização popular é uma ilha, contam as influências e as relações que os respectivos movimentos vão estabelecendo ao longo do percurso e conforme as diversas situações. Na prática democrática e na participação direta dos membros, é tênue a relação entre o montante de mobilização proporcionada direta e efetivamente e as respectivas soluções materiais em face das demandas apresentadas. Aquilo que é denominado de democracia de base, freqüentemente se configura, na prática das decisões políticas, mais aparente que efetiva, ou mesmo não redundando em eficiência frente aos confrontos políticos.

A mudança lenta na estratégia organizativa e na dinâmica interna de diminuição das referências efetivas aos núcleos de base, por parte do Partido dos Trabalhadores, significou um processo caracterizado como de burocratização das instâncias partidárias (Novaes, 1993). Tal fato, mes-

mo não tendo uma incidência direta sobre o cotidiano dos movimentos sociais, implicou consequências para a participação dos militantes oriundos dos movimentos na vida partidária e reflete-se sobre as condições de sobrevivência do núcleos de base, fato que ainda carece elucidar. Ao que parece, esse processo levou ao predomínio de técnicos e de setores de classe média na direção (Rodrigues, 1990) de uma agremiação partidária que se enquadra na competitividade eleitoral.

Ao que parece, e de forma contraditória, o simples fato da menor referência aos núcleos de base vem ressaltar o papel dos movimentos sociais como espaço de diálogo e de entrosamento com o partido. Existe uma tendência apontando que os movimentos privilegiariam os partidos políticos que propiciam ou defendem a bandeira da participação popular. Ou, por outra, na medida em que a relação se estabelece através da liderança exercida pelos militantes, importa perceber a capacidade dos partidos nesta direção (Martins, 1982), em que a dupla militância assume um papel primordial.

Permanecem as controvérsias sobre a relação dos movimentos com a institucionalização, com a democracia representativa e com a democracia interna. Resta sempre interrogar, mesmo que não sejam encontradas respostas cabais: em que medida a questão da democracia está sendo contemplada no relacionamento entre partidos e movimentos; o respeito que os partidos expressam no discurso e na prática quanto à vida própria no interior dos movimentos; se a tendência à busca de representação política por parte dos movimentos será o reconhecimento da disputa democrática como forma de perseguir suas reivindicações; e, mais, se a tênue participação e exercício democrático no interior dos movimentos pode vir a influenciar efetivamente os partidos que se pautam por regras, hierarquia e burocracia.

É possível traçar referências aos partidos políticos na análise, sem, contudo, privilegiar a relação em apreço. O reconhecimento de agentes externos, das assessorias profissionais, conforma-se, no mais das vezes, como a situação em que se traçam referências aos partidos; entretanto, isto não significa privilegiar a presente

relação na análise. Ou, mesmo reconhecendo a atuação dos partidos políticos a propósito das políticas sociais entre outros aspectos, há alguns autores que em seus estudos tendem a acentuar outras dimensões políticas (Gohn, 1991; Jacobi, 1990; Kowarick, 1987), seja a luta pela cidadania, seja a dimensão política vista de dentro dos próprios movimentos. As análises que propõem como necessária a relação entre movimentos sociais e a organização partidária, até de uma forma exclusiva e por razões diversas tendem a amarrar o significado dos movimentos a esse relacionamento, e sua dinâmica confunde-se com a potencialidade política da ação partidária.

Para não privilegiar a relação com a instituição partidária, os argumentos fundamentais cabem em dois grandes enfoques: de um lado, insiste-se que há outras dimensões e mudanças sociais a serem vistas ou introduzidas na cultura política; ou ainda mais, a política não se esgota na abordagem institucional, e, para determinadas mudanças, a organização da sociedade civil é tida como fundamental. Em uma sociedade plural, o exercício da cidadania e a participação no jogo político não estão ligados de forma prioritária ao controle sobre o Estado. De outro lado, os movimentos sociais seriam a expressão da crise das instituições políticas, mormente no que tange à fragilidade do ato de cidadania, afirmado através do pleito eleitoral e da representação política. Entre os diversos enfoques de análise, há autores que privilegiam a visão de que as mobilizações proporcionadas pelos movimentos sociais se apresentam como uma nítida manifestação da crise em que estão envolvidas as instituições políticas. Essa crise afetaria tanto os partidos políticos, na sua perspectiva de representação nos diversos níveis do poder de decisão, quanto as outras instituições políticas. Assim, os movimentos sociais consolidariam a sua expressão pública, também política, de modo paralelo às estruturas partidárias (Sader, 1988; Martins, 1989; Doimo, 1995). No entanto, fariam tal proeza sem abdicar da inserção no jogo político de conexão ou disputa com outros atores políticos.

O campo representado pelos “agentes externos”, as assessorias profissionais, vai crescendo, ao longo da década de 80, sendo preen-

chido pelas lideranças formadas no bojo das múltiplas mobilizações. Este encaminhamento de formação de um quadro próprio encontra-se na experiência dos movimentos sociais mais consistentes, o que proporciona grau de autonomia ante outros atores sociais. Ou mesmo, as assessorias crescentemente identificam-se de tal forma com os movimentos que se desfazem os limites, e ainda passam a se inclinar para uma expressão propriamente partidária. No caso, a amplitude do movimento influi diretamente para a criação de um corpo dirigente, ou o que se chama de uma coordenação específica, na qual a distinção da origem externa ou interna se dilui.

A capacidade para expressar interesses e perspectivas confronta-se com as contingências do patamar da cultura política, revelador das dificuldades que os movimentos sociais têm para assumir e compartilhar um projeto político (Vigevani, 1989). De um lado, os partidos teriam dificuldades de lançar pontes para representar interesses populares, e de outro, os movimentos seriam imaturos para ratificar um projeto político. Todavia, os limites ao relacionamento de um diante do outro não permanecem restritos ao campo dos movimentos, senão que partidos também se ressentem das ambigüidades para captar e expressar os interesses populares. O dilema de que os movimentos ficam aquém de um projeto político merece ser explorado, e talvez por isso mesmo o fato ressalte o papel do relacionamento com algumas siglas partidárias. Além do mais, o momento da disputa eleitoral pode ser caracterizado por uma dupla face: se ocorre abertura para debater programas eleitorais de partidos em conexão com a prática política, também parece que ali o movimento invade a arena partidária ao disputar nesta o seu espaço, buscando a indicação e eleição de representantes por ele apontados.

#### *O Relacionamento Persistente ao Longo do Tempo*

Uma parcela da análise dos movimentos sociais advoga a necessidade da presença partidária através de argumentos supostamente tirados da experiência histórica. Essa presença supriria a limitada capacidade política para atingir,

com eficiência, instâncias superiores ou gerais da sociedade, e ofereceria condições políticas para direcionar os objetivos de longo alcance. O auxílio partidário estaria, assim, em referência a uma falha congênita, relativa às limitações das reivindicações restritas ao econômico, à incapacidade de influenciar os centros de decisão e à constante necessidade de assessorias para mediação técnico-jurídica e as negociações com a esfera estatal. Ainda mais, a prática mostraria que, por si sós, os movimentos, emaranhados que estariam em uma série de condicionamentos culturais e políticos, seriam incapazes de produzir espaços sociais nos quais se transformam efetivamente as relações sociais.

Fazem referência à presente visão um elenco de autores (Singer e Brant, 1980; Moisés, 1986; Gohn, 1991; Jacobi, 1989, 1990; Kowarick e Singer, 1993), apontando-a como inadequada para a interpretação da realidade brasileira recente. Na literatura encontramos alguns estudos resultantes da preocupação com a expressão e a representação política, em que a interrogação principal se refere ao espaço que os partidos abrem para a expressão dos movimentos sociais e a ressonância que a articulação partidária obtém no seio dos movimentos. Ao que tudo indica, os estudos publicados na obra coletiva *São Paulo: O Povo em Movimento* (Singer e Brant, 1980) inauguraram uma vertente de análise sobre as relações mútuas entre movimentos sociais e partidos políticos. Os textos elaborados para essa coletânea mantêm-se, ainda, condicionados ao período do bipartidarismo. No que toca a esse relacionamento, de imediato cabe ressaltar tratar-se de análise da situação anterior à reformulação partidária no final da década. Todavia, a abordagem parece destacar-se por superar certo tabu que inibia a explicitação das relações, assim como seus limites, entre diversos atores sociais e as respectivas opções partidárias. Sendo assim, é uma análise das contingências históricas nas quais se verifica o relacionamento do MDB (sem explicitar a presença dos grupos de esquerda) com as mobilizações populares. No horizonte já se desenhava a inevitável e urgente reforma partidária.

Ao longo da década de 80, o esforço de

inserção dos movimentos nas campanhas eleitorais para a obtenção da representação no Legislativo significou uma busca do parlamento (Ammann, 1991), ao contrário do que advogam defensores da postura “de costas para o poder”. Aliás, tal empenho parece muito mais consistente do que aponta o direcionamento da literatura existente sobre o período. A participação nas disputas eleitorais, particularmente a partir de 1978, teve aspectos relevantes a serem destacados: com frequência negada em público, velada nas discussões cotidianas de movimentos heterogêneos, mas visível aos olhos dos analistas. O espaço do cotidiano aparece atravessado periodicamente por questões político-partidárias, o que pode ser sintoma de um crédito à representação política dos interesses (Barreira, 1987; Singer e Brant, 1980; Singer, 1988), ou significa sucumbir às disputas partidárias sobre o seu território. A ótica da participação eleitoral por parte dos movimentos sociais e sua respectiva representação parlamentar constitui um aspecto, embora relevante, pouco explorado pela literatura.

Além, e acima de tudo isso, o encaminhamento da análise pode exigir que se opere um recorte para se referir fundamentalmente aos movimentos abertos, capacitados, ativos na relação em destaque, e a partidos que prezam o espaço construído pelos movimentos. Nem a representação política procurada com insistência em certas instâncias e oportunidades parece implicar desvirtuamento, cedendo o movimento seu lugar para o partido; nem a presença partidária no cotidiano parece significar um encaminhamento certo rumo ao esfacelamento ou submissão e, menos ainda, os partidos de discurso participativo ficaram insensíveis à busca dos movimentos pela representação política própria. Esta pode se viabilizar pelo percurso dentro da articulação partidária. Os ganhos do partido referem-se à expansão da base eleitoral e presença no Parlamento.

O binômio movimento-partido pode ser visto da ótica de um deles, privilegiando um dos pólos. Assim, é possível constatar que entre os estudiosos há os que privilegiam a ótica do partido, como que olhando para o relacionamento sob a lente das questões partidárias (F. H. Cardoso,

1988; Keck, 1991), ou da administração dos conflitos partidários balançando num tripé: PT-administração, administração-movimentos, PT-movimentos (Simões, 1992). De outro lado, o estudo do relacionamento pode privilegiar uma dinâmica que se direciona dos movimentos ao âmbito do quadro institucional, e neste, destacando-se os partidos (Barreira, 1992). De uma perspectiva unidimensional, a relação enunciada se daria através do percurso peculiar pelo qual se encaminham as reivindicações ao aparelho estatal, o que seria uma utilização instrumental dos quadros partidários, compreendidos como meros mediadores pelos movimentos sociais.

Ao mesmo tempo em que militantes de base e profissionais atuam junto às demandas populares, ao longo da década de 80 se desenvolve um conjunto de lideranças crescentemente empenhadas na aproximação com uma instituição político-partidária. A ação dos órgãos estatais passa, sucessivamente, ao longo da década, a ser afetada pela incorporação gradativa de técnicos, assistentes sociais e intelectuais, entretanto sem assumir uma perspectiva retilínea. Os mesmos, quando imbuídos de ideologia participativa e atuando como funcionários públicos, estão mais inclinados para um posicionamento de negociação com movimentos sociais, ou mesmo convivendo com a contradição de servir ao poder e dar ouvidos às reivindicações populares.<sup>3</sup> A expectativa desenvolve-se em duas linhas: servir como elo na tentativa de transformar o conflito em formas regulares de comunicação com órgãos públicos e difundir a convicção de que com um governo mais democrático tende-se a obter proporcionalmente maior abertura para as reivindicações da pauta colocada pelas lutas sociais.

Nesse contexto os próprios militantes petistas coexistem entre a contradição de definir-se por um posicionamento antiinstitucional — especialmente um relacionamento clientelístico entre organismos associativos e órgãos públicos agenciadores de políticas sociais —, e a possibilidade de assumir o poder. O partido foi amadurecendo a idéia de assumir a função governativa diferenciando-se de organização reivindicativa da sociedade civil, buscando redefinir seu posicionamento e sua integração no conjunto do sistema

partidário, mas também as condições de controle sobre o poder de Estado para implementar de modo primordial as demandas sociais. Uma avaliação crítica se faz mais que necessária para contrapor programa e vontade política com os resultados obtidos, considerando que o partido ocupou o espaço executivo municipal de várias cidades brasileiras e de estados. Em ambos os instantes os conflitos internos vieram à tona, seja aqueles de ordem partidária, seja com o funcionalismo público e os movimentos populares (de onde se pretende originário). Quando da formação das equipes de governo ficou evidente a presença de intelectuais — e com atribuições decisivas. No panorama histórico apontado coloca-se o livro-relato de Singer (1996), *Um Governo de Esquerda para Todos. Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*, como testemunha ocular da história, à semelhança do que já fizera outro autor que integrou o grupo de membros do partido à frente da prefeitura da capital paulista, Ivo Patarra, em *O Governo de Luiza Erundina* (1996). Ou ainda a pesquisa de campo que desembocou na apreciação de Cláudio G. Couto (1995), em *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Obras que colocam desafios para a orientação de um governo de esquerda para todos e a sua respectiva relação com os movimentos sociais.

O fato de o partido assumir o poder municipal, especialmente na dimensão de ruptura com experiências passadas, é a ótica da análise realizada por Singer (1996), se bem que o fato poderia vir a ser entendido como continuidade de experiências peculiares de administrações de cunho popular ou participacionistas locais ocorridas anteriormente. Em diversas áreas de ação os conflitos manifestaram-se de tal ordem sobre as alternativas visualizadas que as iniciativas permaneceram no patamar da vontade política e dos estudos efetivados. Com a vitória nas eleições municipais, na expectativa de alguns setores populares entraria em ação um fator que viria rearticular as relações entre o público e o privado, inovando-o num triângulo peculiar de relacionamento político entre movimentos sociais, partido político e administração pública. Agora, a agre-

miação política que tomava partido junto aos movimentos, até mesmo para encaminhá-los com suas demandas ao poder público, tornou-se também responsável por decisões administrativas.

Os resultados da disputa que conduziu o partido à gestão pública passam ora a ser enfocados como a surpresa eleitoral, ora atribuídos à dedicação da militância, para a qual, com certeza, diversos fatores se conjugaram. Nas indicações para o preenchimento dos cargos na composição do novo governo vai se apresentar de modo patente a complexidade do relacionamento triangular aludido anteriormente, já que parcela de lideranças petistas junto às lutas sociais requerem participação no governo. A revelação de detalhes da articulação interna à dinâmica administrativa traz à tona aspectos relevantes e componentes das relações conflituosas na qual a administração se envolveu e que afetaram diretamente a compreensão junto aos movimentos sociais quanto à eficiência de um governo representativo. A ampliação do espaço do conflito passa a ser evidenciada na tentativa de perceber que três instâncias se articularem: quadro partidário, movimentalismo e administração pública. Há elementos novos que entram no jogo da determinação da tomada de decisões políticas, como a interferência de interesses de outros grupos sociais nas perspectivas apontadas pela proposta de governo. O novo panorama representava um desafio para a inovação da prática partidária, pois os conflitos sobre os rumos do exercício do poder travaram-se também em um espaço não institucionalizado e pouco formalizado.

Se o espaço do partido, bem como dos movimentos sociais, retém dose cotidiana de conflituosidade, via existência pública de diversas tendências políticas, o fato de ocupar o espaço para o exercício do poder municipal tende a refletir parcela de tais conflitos, bem como afeta diretamente o relacionamento com as lutas sociais. A gestão pública coloca-se, então, entre o conjunto de tensões advindas das disputas próprias com os setores oposicionistas e das disputas internas, configurando um relacionamento, os correspondentes atritos com os setores organizados e a respectiva rigidez de seus posicionamentos. A aproximação mais efetiva entre movimento so-

cial e partido político inclui a compreensão de que a forma de organização democrático-parlamentar, apesar dos limites, não é tanto o inimigo, ou o repelente aos interesses populares. Além do que, o exercício da democracia política se dá num campo competitivo, em que a defesa do espaço cotidiano se alarga de acordo com a direção dada pela expressão da força política. Na prática histórica tal mudança no horizonte de interpretação dos relacionamentos políticos não se confirma nas negociações estabelecidas pelos setores organizados, quando vem à tona a acusação de inoperância ou de “políticas realistas”, inclusive tratando-se de lideranças populares com militância petista.

A postura contestadora do exercício do poder revela a determinada cultura política que nem sempre condiz com uma postura democrática e com princípios de representatividade. A visão positiva das negociações pode se estender também no âmbito da representação política no Parlamento, da criação de legislação mais favorável à demanda e aos direitos pretendidos. O reconhecimento de que o exercício do poder existe necessariamente nas relações sociais torna possível o empenho na disputa de parcela de poder pela participação nas decisões políticas. O diagnóstico mais freqüente na análise sociológica aponta que os esforços empreendidos pelas lutas sociais ficam no limiar da capacidade de produzir resultados almejados e corporificam a parte frágil nas tensões ou no sustento dos conflitos a longo prazo. Neste sentido, as conquistas podem sofrer um refluxo, inclusive da ótica junto à qual as mobilizações apostam suas forças e estratégias. A dificuldade de separação dos papéis entre o campo próprio das reivindicações populares e do partido, e o fato de prestar apoio eleitoral à candidatura do partido tendem a desembocar, no momento da posse, no fenômeno que caracterizamos como “trégua ante a gestão petista”. O que logo mais, em certas lideranças petistas, gera uma situação de plena crise de identidade.

O relacionamento obtido pela administração petista com parcela dos movimentos aponta para a possibilidade de negociação e de entendimento entre ambos; todavia, mostra que lideranças das lutas sociais mais dinâmicas não renunciam à sua

capacidade de fazer oposição ao poder estabelecido. Neste sentido, os movimentos formulam o intuito de negociar e, ao mesmo tempo, apresentam-se como personagem que, no limite, podem ocasionalmente estrelar o papel de opositorista. São várias as tentativas de recuperar parcela do intenso debate sobre a proposta de participação popular, seja através dos conselhos populares, orçamento participativo, plano diretor e audiências públicas. A proposta de inversão de prioridades e o planejamento participativo trouxe a sensação posterior de aparente fracasso daquele intento. Ainda teve parcela dos movimentos organizados no papel da oposição ao governo popular e, mais que isto, convém alertar para os fatores que levaram à inoperância do partido na administração para implementar a proposta programática em sua totalidade e neste tópico em especial (Simões, 1992).

O relacionamento da administração pública, por intermédio do partido de origem popular à sua frente, com o movimentalismo permite endossar a afirmação de Touraine de que os movimentos sociais compreendem uma dimensão defensiva e ao mesmo tempo ofensiva. Também, na medida em que o governo petista mantém em alta estima a definição legal, justificando tal comportamento para manter as condições de governabilidade, surpreende-se com os próprios limites traçados pela sua compreensão de ação política. O PT assumiu a administração com um discurso cujas propostas incluíam a desburocratização no sentido de tornar mais direta a relação com os movimentos sociais; tornar menos autoritária e clientelística a ação estatal; tornar menos privatista a política de representação; inverter prioridades efetuando um planejamento conjunto com organismos da sociedade civil. Estas mudanças, entre outras, não podem ser construídas pela simples manipulação de instituições políticas; implicam em mudanças também de ordem econômica e sociocultural para além do alcance da esfera partidária de decisão. Alguns avanços na área social têm sido reconhecidos na ótica de governo popular, entretanto, restritos, considerando-se a amplitude dos problemas neste campo, de modo peculiar em período no qual voltam a se acentuar os patamares da desigualdade social.

A imagem pública do partido depende de alguma forma das políticas públicas propostas e dos mecanismos pelos quais as mesmas são implementadas. Para o exercício do poder requer-se flexibilidade em relação à estrutura partidária, pois a fiscalização excessiva reflete um posicionamento ético ou a busca de amparo para a disputa interna na medida em que mexe diretamente no campo do controle sobre as informações. Decorre daí o imperativo de distinguir patamares de debate e de decisão, bem como parece complexa a intuição de que o partido dê sustento político e direção política à administração. As avaliações do relacionamento entre mobilizações populares e capacidade de respostas tendem a apontar a trajetória do ideal à realidade, do discurso, do escrito, dos documentos à prática governamental, do tipo idealizado de inovação governamental à realidade de conflitos inerentes ao campo político. A avaliação com a distância do fato tende superar a idéia de que tal partido, ao chegar ao poder, pudesse estar isento ou acima da luta política e dos conflitos.

Por fim, a interpretação da atuação do Estado frente às iniciativas tomadas pelos movimentos sociais depende, em grande medida, de um lado, do ângulo sob o qual o olhar apreende os dois atores da cena; de outro, dos posicionamentos possíveis de ambos e de acordo como o contexto histórico. Um governo de esquerda para todos pode revelar uma política enfatizando a ótica da cidadania em tempos de refluxo dos direitos sociais na onda neoliberal. Resta a tarefa da análise do relacionamento entre movimento e partido, superando o olhar que privilegia um ângulo, ou que se assenta sob a ótica de um deles. Particularmente quando parece que o procedimento tende a afetar a ambos. Ou seja, ao menos em parcela da história do relacionamento, nenhum dos atores realiza o trajeto incólume. Sem esquecer a riqueza de estabelecer determinadas fases que configuram o processo em discussão. Mais do que apontar uma das óticas, ao enfatizar o relacionamento, pode-se assinalar diferenças, estranhamento, compatibilidade, interfaces.

As instâncias de decisão pública criadas por insistência da parte dos movimentos sociais apon-

tam o quanto é complicado consolidar a representação política de interesses. A emergência de uma multiplicidade de conselhos deliberativos, após o seu delineamento no processo constitucional na segunda metade da década de 80, revela bem o intuito da busca de instâncias participativas e representativas, bem como podem soar como momentos instituintes do social. O dilema fundamental consiste em responder: quem vai ser representado, uma vez que o campo dos movimentos sociais configura-se heterogêneo, é atravessado por mil diferenças? Explorar isto oferece uma enorme oportunidade de problematizar a noção de representação e mesmo discutir as controvérsias questionando a idéia em voga de que esta se constitui de dois pólos previamente dados e internamente homogêneos.

O enfoque do relacionamento entre movimentos sociais e partido político como atores sociais não está isento de dilemas, pois as relações apresentam-se também nebulosas, veladas e conflituosas em grande parte devido à existência de diferenças nas perspectivas dos atores sociais. O movimento apresenta homogeneidade aparente, às vezes sem definição clara de hierarquia, de pretensões políticas e dos conflitos a enfrentar, em que as atribuições são destinadas freqüentemente de acordo com a capacidade e a disponibilidade de tempo. O movimento tende a lutar por direitos sociais, por interesses variados, nos quais as decisões públicas, apesar de se pautarem pelo conflito de interesses, tendem a solver-se em consenso. Já a organização partidária possui um elenco de cargos através de acordos e de eleições, o que supõe uma disputa para escalar os diversos cargos de direção, sem desprezar as nuances na representação política.

Por suposto, todo movimento social estabelece um conjunto específico de relações com outros atores sociais de acordo com o seu perfil e o contexto histórico. Parece ser inerente aos movimentos sociais, segundo objetivos e práticas, o confronto ou o diálogo com outras formas de organização social. Se pode parecer estranho a insistência na presente temática, cabe lembrar que as grandes questões nacionais, no mais das vezes, passam pela associação entre setores da sociedade civil e determinadas óticas, retidas por



tendências partidárias, na qual alianças políticas se constroem e se desfazem, entram em consenso ou se contrapõem. Além do mais, considere-se que o relacionamento entre movimento social e partido tende a estar perpassado por agentes com interesses diferenciados, cujos conflitos frequentemente não estão delineados e evidenciados de maneira transparente para os atores da cena política. A relação tende a consolidar-se,

tendo como questão central o jogo de forças em torno de interesses e a constituição das subjetividades. A construção do relacionamento nos percalços históricos, através de fluxos e refluxos, apresenta contradições a serem delineadas a cada momento através da análise pertinente.

(Recebido para publicação  
em julho de 1998)

### Notas

1. No Brasil, Vera S. Telles (1984) traduziu por algum tempo, para as suas análises dos movimentos sociais, os parâmetros do enfoque das práticas instituintes. E Marilena Chauí (1981, 1988) tem utilizado a temática da invenção democrática, que por sua vez resulta em práticas instituintes, bem como possui proximidade com a perspectiva das matrizes discursivas.
2. Tanto assim que nas eleições do diretório estadual paulista de 1981, conforme a autora, os movimentos urbanos atingiram 12% dos cargos, o que parece pouco se forem tomados como um patamar de base eleitoral importante.
3. Os dilemas das lideranças populares diante do fenômeno da administração pública por parte do partido da menina dos seus olhos foram delineados em Ruscheinsky (1997c; 1998), especialmente a partir da experiência dos movimentos sociais e a experiência administrativa na capital paulista.

### Bibliografia

- Ammann, Safira B.  
1991 *Movimento Popular de Bairro*. São Paulo, Cortez Ed.
- Azevedo, Clóvis B.  
1991 *Leninismo e Social-Democracia: Uma Investigação sobre o Projeto Político do Partido dos Trabalhadores*. Tese de mestrado Ciência Política, FFLCH/USP.
- Balbachevsky, Elizabeth  
1988 *Identificação Partidária e Comportamento Político. O Caso de São Paulo (1974-1982)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, PUC-SP.
- Baquero, Marcello (org.)  
1994 *Cultura Política e Democracia*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.
- Barreira, Irllys A. F.  
1987 *Refazendo a Política: As Múltiplas Faces do Movimento Social Urbano*. Tese de doutoramento em Sociologia, FFLCH/USP.  
1992 *O Reverso das Vitrines*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed.
- Benevides, Maria Vitória  
1992 *A Cidadania Ativa*. São Paulo, Ática.
- Berbel, Márcia R.  
1991 *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira*. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP.

- Bittar, Jorge (org.)  
1992 "O Modo Petista de Governar". *Cadernos Teoria & Debate*.
- Borja, Jordi  
1975 *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires, SIAP.
- Boschi, Raul R.  
1989 *A Arte da Associação. Política de Base e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice.
- Boudon, Raymond  
1989 *A Ideologia. Ou a Origem das Idéias Recebidas*. São Paulo, Ed. Ática.
- Brant, Vinícius C. (coord.)  
1989 *São Paulo: Trabalhar e Viver*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Budge, I., Crewe, I. e Farlie, D.  
1976 *Party Identificacion and Beyond*. London, Wiley.
- Caldeira, Teresa  
1984 *A Política dos Outros*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Cardoso, F. H.  
1980 "Partidos Políticos". In: Singer, P. e Brant, V. C. (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento*. São Paulo, Vozes/Cebrap.  
1981 "São Paulo: Os Partidos Políticos e a Participação Popular". In: Fleischer, David (org.), *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, Ed. UnB, vol. 2.  
1986 "Problemas de Mudança Social, ou Talvez?". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 16.  
1988 "Desenvolvimento Associado-Dependente e a Teoria Democrática". In: Stepan, A. (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Cardoso, Ruth  
1988 "Os Movimentos Populares no Contexto da Consolidação da Democracia". In: Reis, F. W. e O'Donnell, G. (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Vértice.
- Cardoso, Ruth (coord.)  
1989 *Movimentos Sociais: A Busca de Novos Horizontes Interpretativos*. Relatório Cebrap, São Paulo, (mimeo).
- Castells, Manuel  
1976 *Movimientos Sociales Urbanos*. México, Siglo XXI.  
1980 *Cidade, Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
1983 *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Castoriadis, Cornelius  
1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra.
- Cerroni, Humberto  
1982 *Teoria do Partido Político*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas.
- Chauí, Marilena  
1981 *Cultura e Democracia. O Discurso Competente e outras Falas*. São Paulo: Moderna.  
1988 "Introdução". In: Sader, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Coutinho, Carlos Nelson  
1992 *Gramsci: Um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Couto, Cláudio G.  
1995 *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Cunha, Reinaldo M.  
1993 Partidos Políticos: Autonomia e (des)institucionalização. In: Santos Jr, Raimundo B. (org.), *Movimentos Sociais nos Anos 90: Confronto e Reencontro entre Sociedade Civil e Estado*. Teresina, CEPAC.
- Damaceno, E. (org.)  
1989 *A Educação como Ato Político Partidário*. São Paulo, Cortez Ed.
- Doimo, Ana M  
1995 *A Vez e a Voz do Popular. Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70*. Rio de Janeiro, Anpocs/Relume Dumará.
- Evers, Tilman  
1983 De Costas para o Estado, Longe do Parlamento”. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, n.º 1.  
1984 Identidade: a Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, n.º 4.
- Foucault, Michel  
1981 *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal.  
1984 *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Ed. Vozes.
- Frank, A. Gunder e Fuentes, M.  
1989 Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais. *Lua Nova*, n. 17.
- Gadotti, Moacir e Pereira, O.  
1989 *Prá Que PT. Origem, Projeto e Consolidação do PT*. São Paulo, Cortez Ed..
- Gohn, Maria da G.  
1985 *A Força da Periferia*. Petrópolis, Ed. Vozes.  
1991 *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. São Paulo, Ed.Loyola.
- Gondim, Linda M.  
1993 “Quando os Movimentos Sociais se Organizam: Burocracia *Versus* Democracia Direta nas Associações de Moradores”. In: Nascimento, E.P. e Barreira, I. A. (orgs.), *Brasil Urbano: Cenários da Ordem e da Desordem*. Rio de Janeiro, Notrya.
- Gramsci, A.  
1977 *Passado y Presente*. Barcelona, Granica Ed..  
1978 *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
1982 *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 5.ª ed..  
1985 “Alguns Temas da Questão Meridional”. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, Grijalbo, vol. I.  
1986 *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 6.ª ed..
- Guattari, Félix  
1985 *Revolução Molecular*. São Paulo, Brasiliense.  
1986 *Micropolítica: Cartografia do Desejo*. Petrópolis, Ed. Vozes.

- Heller, Agnes  
1972 *O Quotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Jacobi, Pedro  
1983 “Prefeituras Democráticas, Movimento Popular e Poder Local: Participação, Cooptação ou Autonomia?”. *Espaço & Debates*, n.º 3(9).  
1989 “Movimentos Sociais e Estado: Efeitos Político-Institucionais da Ação Coletiva”. In: VV. AA., *Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde*. Petrópolis, Ed. Vozes.  
1990 *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez Ed.
- Keck, Margaret  
1991 *PT: a Lógica da Diferença*. São Paulo, Ed. Ática.
- Kowarick, Lúcio  
1987 “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma Análise da Literatura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 1(3).
- Kowarick, Lúcio & Singer, André  
1993 “A Experiência do PT na Prefeitura de São Paulo”. *Novos Estudos*, Cebrap, n.º 35.
- Krischke, Paulo  
1983 “Movimentos de Bairro: Dilemas e Alternativas”. *Cadernos de Pesquisa*. PUCSP-URPLAN.
- Lefevre, Henri  
1973 *A Re-produção das Relações de Produção*. Porto, Publicações Escorpião.
- Lefort, Claude  
1983 *A Invenção Democrática. Os Limites do Totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense.
- Lamounier, Bolívar  
1989 *Partidos e Utopias: o Brasil no Limiar dos Anos 90*. São Paulo, Ed. Loyola.
- Levine, A., Sober, E., Wright, E.O.  
1989 Marxismo e Individualismo Metodológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 11, v. 4.
- Lojkin, Jean  
1981 *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- Mainwaring, Scott  
1988 “Os Movimentos Populares de Base e a Luta pela Democracia: Nova Iguaçu”. In: Stepan, Alfred (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Martins, Carlos E.  
1982 “A Democratização da Vida Partidária”. *Revista Cultura & Política*, Cedec/Cortez, n.º 8.
- Martins, José S.  
1989 *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo, Hucitec.
- Meneguello, Raquel  
1989 *PT: a Formação de um Partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Moisés, José Alvaro  
1986 “Partido de Massas: Democrático e Socialista”. In: Sader, Emir (org.), *E Agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense.  
1994 *A Questão da Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Nascimento, E. P. e Barreira, I. A. (orgs.)  
1993 *Brasil Urbano: Cenários da Ordem e da Desordem*. Rio de Janeiro, Notrya.
- Novaes, Carlos A. M.  
1993 "PT. Dilemas da Burocratização". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 33.
- Nosella, Paolo  
1992 *A Escola de Gramsci*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Oliveira, Isabel R. de  
1988 *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Offe, Claus  
1983 "A Democracia Partidária Competitiva e o *Welfare State* Keynesiano: Fatores de Estabilidade e Desorganização". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 26, n.º 1.  
1988 *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid, Editorial Sistemas.
- Offe, Claus (org.)  
1984 *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Panebianco, Agelo  
1990 *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos*. Madrid, Aliança Editorial.
- Patarra, Ivo  
1996 *O Governo de Luiza Erundina*. São Paulo, Geração Editorial.
- Pierucci, A. Flávio  
1984 *Democracia, Igreja e Voto: o Envolvimento dos Padres de Paróquia de SP nas Eleições de 1982*. Tese doutorado em sociologia, FFLCH/USP.
- Pierucci, A. F. e Lima, M. C.  
1993 "São Paulo 92, a Vitória da Direita". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 33.
- Pont, Raul  
1985 *Da Crítica do Populismo à Construção do PT*. Porto Alegre, Seriemá.
- Portelli, Hugues  
1980 "Democracia Representativa, Democracia de Dase e Movimentos Sociais". *Revista Cultura Política*, n.º 3.
- Przeworsky, Adam  
1988 "Marxismo e Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, vol. 3.  
1989 *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Ribeiro, Ana C. T.  
1991 "Movimentos Sociais: Caminhos para a Defesa de uma Temática ou os Desafios dos Anos 90". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Anpocs/Vértice.
- Rodrigues, Leôncio M.  
1990 *Partidos e Sindicatos*. São Paulo, Ed. Ática.
- Reis, Fábio W.  
1988 "Identidade, Política e Teoria da Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 6.

- Rosanvallón, Pierre  
 1982 "La Societé Polítique". In: Touraine, Alain (org.), *Mouvements Sociaux d' Aujourd' hui*. Paris, Les Ed. Ouvrières.
- Ruscheinsky, Aloísio  
 1995a "Questão Partidária e Movimento Social: o Relacionamento Entre Atores Sociais". *Momento*, DECC/FURG, n.º 8.  
 1995b "Representação Polítca e Educação". *Ambiente e Educação*. Mestrado de Educação Ambiental/FURG, n.º 1.  
 1996a Movimento de Moradia e Partido dos Trabalhadores. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, FFLCH/USP.  
 1996b "Movimentos Sociais e Participação Institucional no Contexto da Década de 70". *Cadernos do ISP*, UFPel, n.º 9.  
 1997a "Educação: Movimento Social e Cultura Polítca". *Cadernos de Educação*. UFPel, n.º 8.  
 1997b "Discursos em Ventania: a Crise Real e a Educação". *Revista Educação Pública*. UFMT, junho.  
 1997c "Demanda Popular e Opção Polítca". *Momento*, FURG, n.º 10.  
 1998 "Cidade, Polítca Social e Participação Popular". *Cadernos CEDEC*, n.º 64.
- Sadek, Maria Tereza  
 1989 "Eleições 1988: Retórica ou Rumo Pluripartidário". *Lua Nova*, n.º 17.
- Sader, Eder  
 1988 *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Sader, Emir (org.)  
 1986 *E Agora, PT? Caráter e Identidade*. São Paulo, Brasiliense.
- Santana, Maurino M.  
 1993 "Partidos Polítcos: os Paradoxos da (In)convivência". In: Santos Jr, Raimundo B. (org.), *Movimentos Sociais nos Anos 90: Confronto e Reencontro Entre Sociedade Civil e Estado*. Teresina, CEPAC.
- Santos, Carlos N. F.  
 1981 *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Sartori, Giovanni  
 1982 *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Zahar/Brasília, Ed. UnB.
- Scherer-Warren, I. e Krischke, P. (orgs.)  
 1987 *Uma Revolução no Cotidiano?* São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Scherer-Warren, Ilse  
 1993 *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Ed. Loyola.
- Silva, Luís A.M. e Ribeiro, Análise C. T.  
 1985 "Paradigma e Movimento Social: Por Onde Andam Nossas Idéias?". *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs/Cortez.
- Simões Júlio A.  
 1992 *O Dilema da Participação Popular. A Etnografia de um Caso*. São Paulo, Anpocs/Marco Zero.
- Singer, P. e Brant, V.C. (orgs.)  
 1980 *São Paulo: o Povo em Movimento*. São Paulo, Vozes/Cebrap.

- Singer, Paul  
 1988 "Reflexões Sobre Inflação, Conflito Distributivo e Democracia". In: Reis, F.W. e O'Donnell, G. (orgs.), *A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas*. São Paulo, Vértice.
- 1996 *Um Governo de Esquerda para Todos. Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo, Brasiliense.
- Souki, Lea G.  
 1986 Um Estudo Exploratório Sobre o Autoritarismo num Partido Político. Belo Horizonte, Tese de mestrado em Ciência Política, DCP/UFMG.
- Telles, Vera S.  
 1984 A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes. Tese de mestrado FFLCH-USP.
- Touraine, Alain  
 1973 *Produccion de la Societé*. Paris, Edicion du Seuil.  
 1984 *Le Retour de l'Acteur*. Paris, Fayard.  
 1989 *Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina*. Campinas, Unicamp/Traj.Cultural.
- Touraine, Alain (org.)  
 1982 *Mouvements Sociaux d'Sujourd'hui*. Paris, Les Ed. Ouvrières.
- Verba, Sidney e Nie, Norma H.  
 1987 *Participation in America. Political Semocracy and Social Equality*. Chicago, University Chigado Press.
- Vigevani, Tullo  
 1989 "Movimentos Sociais na Transição Brasileira: a Dificuldade de Elaboração do Projeto". *Lua Nova*, n.º 17.
- Weffort, Francisco (org.)  
 1989 *PT: um Projeto para o Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

## Resumo

### *Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos*

No presente texto procuro apresentar diferentes óticas a propósito do relacionamento entre atores sociais, em especial considera-se a possibilidade da conexão entre movimento social e partido político, procedendo de maneira sintética e seletiva. Parte da literatura vem se mostrando incapaz de continuar a dar conta dos problemas colocados pelas transformações pertinentes aos movimentos sociais, pela crescente proximidade junto às orientações partidárias, à difusão da dupla militância e à pluralidade de perspectivas. Num primeiro momento, destacamos a contribuição das diferentes correntes sociológicas no âmbito do tema e da ótica de investigação sobre a relação entre movimentos sociais e partidos políticos. Em outra parte consideramos a literatura sobre a emergência de novos partidos, com destaque ao fenômeno da emergência de um partido de novo perfil no contexto de mobilizações de articulação múltipla. Por fim um conjunto de temáticas pertinentes ao campo das mobilizações de cunho popular onde de fato se conectam com o quadro partidário.

Palavras-chave: relacionamento, movimento social, partido.

**Palavras-chave:** relacionamento, movimento social, partido

## Abstract

### *Links Between Social Actors: Social Movements and Political Parties*

The article presents different perspectives on relations between social actors, focusing especially on a possible connection between social movements and political parties. Part of the literature has proven incapable of accounting for issues raised by changes in social movements, because of their increasing proximity to party guidelines, the spread of dual militancy, and the plurality of perspectives. The first part of the article addresses the contribution of different streams of sociological thought, particularly regarding the research approach to relations between social movements and political parties. The next part examines the literature on the emergence of new parties, with special emphasis placed on the emergence of a new profile party within the context of mobilizations encompassing varied interests. Lastly, the focus is placed on a group of issues related to popular mobilizations, where there are indeed connections to the party question.

**Keywords:** relationship, social movement, party